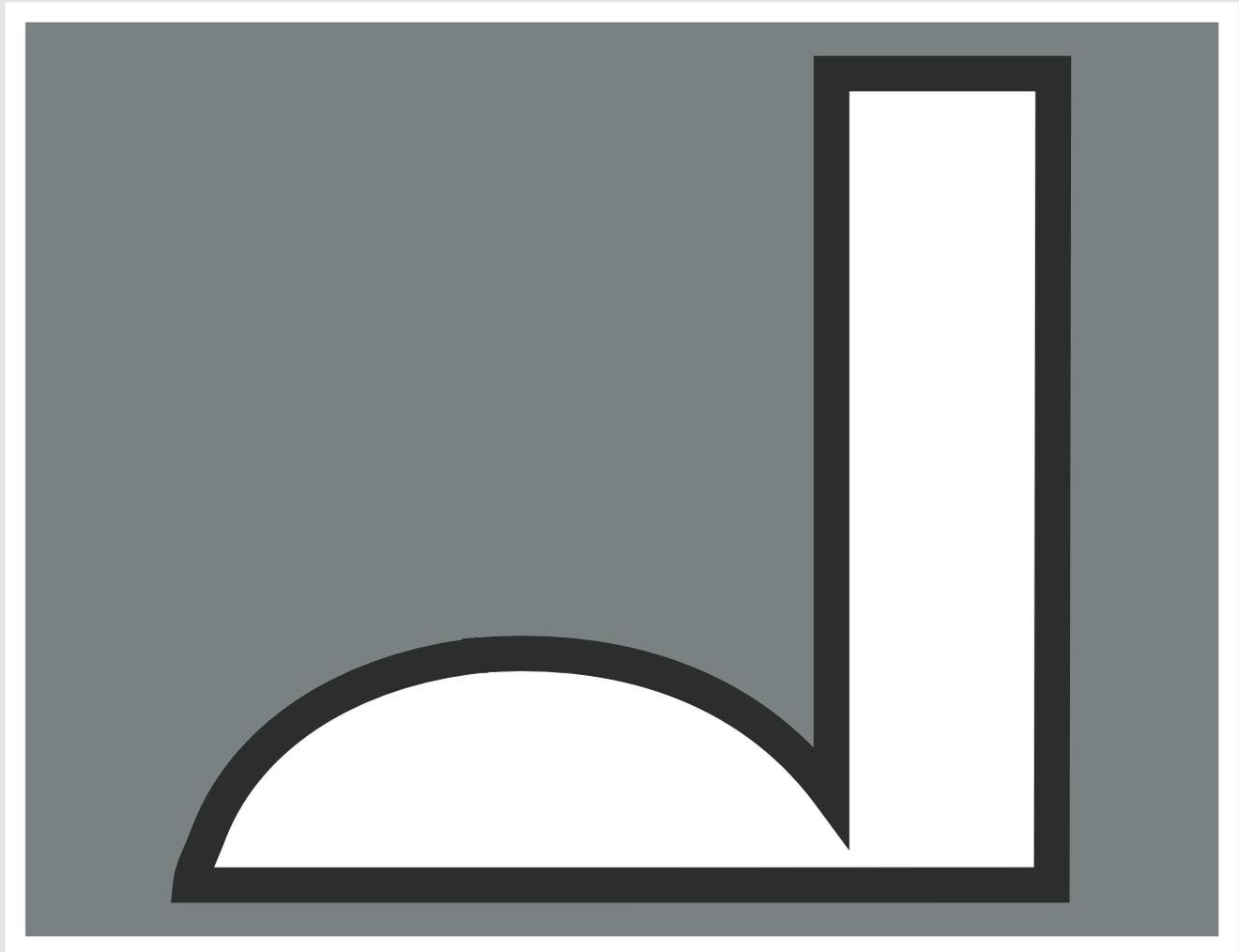




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2011**

**SENADO FEDERAL**  
(Ofício nº 20/2012 - CN - nº 173, de 2012, na origem)

---

**ANO LXVII – SUP. “C” AO Nº 44 – QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL

<p><b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Waldemir Moka - (PMDB-MS)<sup>(3,4)</sup> <b>1º SECRETÁRIO</b> Cicero Lucena - (PSDB-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO)<sup>2</sup></p>	<p><b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI) <b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> <b>1º</b> - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)<sup>(1,5,6,7)</sup> <b>2º</b> - João Durval - (PDT-BA) <b>3º</b> - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) <b>4º</b> - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)</p>
---	---

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

**LIDERANÇAS**

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSB/PV) - 26</b> <b>Líder</b> Renan Calheiros - PMDB ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacá <sup>(40)</sup> Sérgio Souza <sup>(28)</sup> Waldemir Moka Ricardo Ferraz Casildo Maldaner <b>Líder do PP - 5</b> Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia <sup>(12)</sup> <b>Líder do PSC - 1</b> Eduardo Amorim <sup>(17)</sup> <b>Líder do PV - 1</b> Paulo Davim</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</b> <b>Líder</b> Walter Pinheiro - PT <sup>(22,27)</sup> Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata <sup>(9,39)</sup> Inácio Arruda Eduardo Lopes <sup>(7,43)</sup> ..... <b>Líder do PT - 13</b> Walter Pinheiro <sup>(22,27)</sup> Vice-Líderes do PT Wellington Dias <sup>(28)</sup> Lindbergh Farias <sup>(23)</sup> Ana Rita <sup>(24)</sup> Anibal Diniz <sup>(26)</sup> <b>Líder do PDT - 5</b> Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques <sup>(21)</sup> <b>Líder do PSB - 4</b> Lídice da Mata <sup>(9,39)</sup> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <sup>(29)</sup> <b>Líder do PC DO B - 2</b> Inácio Arruda <b>Líder do PRB - 1</b> Eduardo Lopes <sup>(7,43)</sup></p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</b> <b>Líder</b> Jayme Campos - DEM <sup>(25)</sup> Vice-Líderes Cyro Miranda <sup>(34)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(6,32)</sup> Lúcia Vânia <sup>(31)</sup> Mário Couto <sup>(35)</sup> Paulo Bauer <sup>(7,31)</sup> ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira <sup>(5)</sup> Paulo Bauer <sup>(7,31)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(6,32)</sup> <b>Líder do DEM - 5</b> José Agripino <sup>(2,10,14,45,46)</sup> Vice-Líder do DEM Jayme Campos <sup>(25)</sup></p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12</b> <b>Líder</b> Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi <sup>(19)</sup> Alfredo Nascimento <sup>(41)</sup> João Vicente Claudino ..... <b>Líder do PTB - 6</b> Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti <b>Líder do PR - 6</b> Blairo Maggi <sup>(19)</sup> Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento <sup>(41)</sup> Vicentinho Alves <sup>(42)</sup></p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> Eduardo Braga - PMDB <sup>(8)</sup> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata <sup>(9,39)</sup> Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p><b>PSD - 2</b> <b>Líder</b> Kátia Abreu - PSD <sup>(11,13)</sup> Vice-Líder Sérgio Petecão</p>
<p><b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> Randolfe Rodrigues - PSOL <sup>(18)</sup></p>		

**Notas:**

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011 lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011 lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 423/30
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 423/30
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de fevereiro de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1128/2011-GSKAAB).
- Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
- Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
- Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMR Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
- Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01.02.2012 a 31.01.2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
- Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. SN, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDPT Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).
- Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
- Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
- Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme OF. nº 055/2012-GLDAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
- Senador Romero Jacá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
- Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
- Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
- Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
- Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033-CSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
- Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM, Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
- Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

**EXPEDIENTE**

<p><b>Doris Marize Romariz Pékoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>João Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

**OFÍCIO Nº 20/2012 – CN**  
**(OF. Nº 173/2012-PRESID, na origem)**

OF. Nº 173/2012-**PRESID**.

Brasília, 02 de abril de 2012.

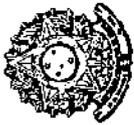
A Sua Excelência o Senhor  
Ministro **BENJAMIN ZYMLER**  
Presidente do Tribunal de Contas da União

Senhor Presidente,

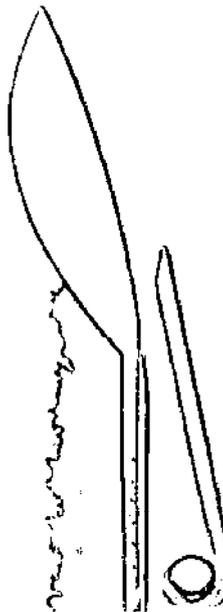
Em atendimento às disposições do art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), e nos termos do Aviso nº 11/2011 - GabMinJM/TCU, de 1º de novembro de 2011, da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, encaminho a Vossa Excelência o anexo *Relatório das Contas do Presidente do Senado Federal* referente ao exercício de 2011.

Atenciosamente,

  
Senador **CÍCERO LUCENA**  
Primeiro-Secretário,  
no exercício da Presidência  
do Senado Federal



SENADO FEDERAL  
PODER LEGISLATIVO



# RELATÓRIO DAS CONTAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

EXERCÍCIO 2011

(Em atendimento ao Aviso de ICJ nº 11/2011 - Gab. Min. JM)

BRASÍLIA  
2012

**RELATÓRIO ANUAL  
DAS CONTAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

**EXERCÍCIO 2011**

**(Em atendimento ao Aviso TCU nº 11/2011 – Gab. Min JM)**

**MARÇO – 2012**

## SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO.....	3
2 - ATENDIMENTO AO ITEM "A" DO AVISO DO TCU Nº 11/2011 – Gab. Min JM.....	6
2.1. PROGRAMAS DO SENADO FEDERAL: DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2011.....	7
2.2. PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NO ORÇAMENTO DO SENADO FEDERAL/2011 (DOTAÇÃO ATUALIZADA).....	8
2.3. PROGRAMAS DO SENADO FEDERAL – DOTAÇÃO E EXECUÇÃO NO PERÍODO 2007-2011.....	9
2.4. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS PROGRAMAS DO SENADO FEDERAL – DOTAÇÃO/EXECUÇÃO NO PERÍODO DE 2007-2011.....	10
2.5. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DOS RECURSOS ALOCADOS NOS PROGRAMAS/AÇÕES E EXECUÇÃO EM 2011.....	11
2.5.1 ANÁLISE PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO.....	11
2.5.2 PROGRAMA 0551 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL- PROGRAMA FINALÍSTICO.....	13
2.5.2.1 - RESULTADOS DA ATIVIDADE LEGISLATIVA.....	14
2.5.3 – PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS.....	31
2.5.4 – PROGRAMA 0906 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES).....	31
2.5.5 – PROGRAMA 0910 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	32
3 - ATENDIMENTO AO ITEM "b" DO AVISO Nº 11/2011 Gab. Min. JM DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	35
3.1 – BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	35
3.2– BALANÇO FINANCEIRO.....	36
3.3 - BALANÇO PATRIMONIAL.....	37
3.4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	38
4 - ATENDIMENTO AO ITEM "c" DO AVISO Nº 11/2011 Gab. Min. JM DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	40
4.1 - INDICADORES CONTÁBEIS DOS BALANÇOS DO SENADO FEDERAL.....	40
4.1.1 - INDICADORES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	41
4.1.2 - INDICADORES DO BALANÇO FINANCEIRO.....	41
4.1.3 - INDICADORES DO BALANÇO PATRIMONIAL.....	42
4.1.4 - INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	42
5 - COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES - ATENDIMENTO AO ITEM "C" DO AVISO Nº 11/2011 – Gab. Min JM, DO TCU.....	43
6 - CONCLUSÃO.....	47

**1. APRESENTAÇÃO**

O presente documento denominado Relatório das Contas do Senado Federal tem por escopo atender as demandas formuladas por intermédio do Aviso nº 11/2011 da lavra do Excelentíssimo Senhor Ministro do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, Relator das Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2011.

O relatório vem expor de forma objetiva os dados mais significativos da execução orçamentária e financeira do Órgão, destacando seus resultados em uma análise sintética, mas com o conteúdo necessário ao atendimento de suas finalidades.

Neste sentido, preliminarmente, são apresentados os Programas que integraram o orçamento do Senado Federal em 2011, com suas definições técnicas, seguidas de análise dos próprios sob os critérios elencados pela autoridade solicitante, para em seguida fazer-se um exame individualizado de cada Programa e suas respectivas Ações, destacando os resultados observados.

Para que se tenha a dimensão exata da participação proporcional dos programas, bem como de outros itens considerados significativos no orçamento do Órgão em 2011, foram elaborados gráficos para visualização e leitura. Também, para que a análise não ficasse estática ou adstrita apenas ao exercício de referência, foram montados quadros comparativos que propiciam avaliação do comportamento dos dados do orçamento, bem como de sua execução nos últimos cinco anos.

A parte seguinte se reporta à execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, destacando os principais aspectos da composição dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, suas Variações e notas explicativas acerca dos critérios contábeis e demais itens constantes às letras “b” e “c” do Aviso nº 11/2011 – Gab. Min JM.

Este Relatório foi elaborado e sistematizado pela Subcomissão instituída pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 43, de 2011, publicado no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal nº 4878, de 27/12/2011. A portaria mencionada foi anexada às folhas 4 e 5 do presente Relatório.



**SENADO FEDERAL**  
Secretaria de Recursos Humanos - SERH  
Gabinete do Diretor

## **BOLETIM ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO DE PESSOAL**

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 09/2009*

Nº 4878

terça-feira, 27 de dezembro de 2011

### **ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**

#### INSTITUI COMISSÃO

#### **PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 43, de 2011**

Institui comissão destinada à elaboração do Relatório Anual das Contas e do Relatório de Gestão do Senado Federal, relativos ao exercício de 2011.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

Considerando as disposições do art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011);

Considerando as demandas do Aviso nº 11/2011 - GabMinJM/TCU, de 1º de novembro de 2011, que solicita o encaminhamento de informações que subsidiem o Relatório das Contas do Governo da República referente ao exercício de 2011;

Considerando a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, que estabelece critérios gerais para a prestação de contas; a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, que define os órgãos e as entidades cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2011, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação; e a Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, que dispõe sobre orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2011;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Instituir a Comissão Especial de Elaboração dos Relatórios Anual das Contas e de Gestão do Senado Federal, incumbida de elaborar, até 31 de março de 2012, os seguintes relatórios referentes ao exercício de 2011:

- I - Relatório Anual das Contas do Senado Federal;
- II - Relatório de Gestão do Senado Federal.

Art. 2º Designar para presidir a comissão o servidor MARCOS ANTONIO KÖHLER, matrícula 55569.

Art. 3º Determinar que a comissão tenha duas subcomissões, classificadas de acordo com os relatórios mencionados nos incisos do art. 1º.

Art. 4º Designar os servidores, LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES, matrícula 223466, na qualidade de presidente, EDMILSON FERREIRA DA SILVA, matrícula 45679, WANDERLEY ESPINDOLA PESSOA, matrícula 42903, ADEMAR FERREIRA GOMES, matrícula 52167, RAFAEL FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 232790, VIRGINIA GYENES, matrícula 226923, e BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA, matrícula 52120, para integrarem a Subcomissão de Elaboração do Relatório Anual das Contas do Presidente do Senado Federal instituída por esta portaria.

Art. 5º Designar os servidores OLIVAN DUARTE DE ALMEIDA, matrícula 53305, na qualidade de presidente, MARIA DAS GRAÇAS COSTA COELHO, matrícula 47007, Nanci PERES PEREIRA, matrícula 47019, ANA TERESA MELO PEREIRA, matrícula 44079, HUMBERTO GAUCHE, matrícula 222772, TAIRONE MESSIAS ROSA, matrícula 222486, JOSÉ TADEU AMORIM matrícula 47536, LUCINEIDE SOARES DA SILVA, matrícula 53445, PAULO SÉRGIO LORENZONI, matrícula 34499, LUIZ EDUARDO DA SILVA TOSTES, matrícula 104799, para integrarem a Subcomissão de Elaboração do Relatório de Gestão do Senado Federal, instituída por esta portaria.

Art. 6º Determinar que as unidades do Senado Federal, relacionadas no Anexo I desta portaria, preencham e entreguem ao presidente da comissão, até 10 de fevereiro de 2012, os quadros, sob sua responsabilidade constantes dos Anexos II a XV desta norma, de acordo com as instruções constantes do Anexo XVI (Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011), mediante processo devidamente protocolado, bem como por meio digital para a caixa de correio eletrônico [safin@senado.gov.br](mailto:safin@senado.gov.br)

Art. 7º Determinar aos diversos setores desta Casa Legislativa que forneçam quaisquer outras informações que forem solicitadas pelo presidente da comissão ou de suas subcomissões.

Art. 8º Incumbir a Secretaria Especial de Editoração e Publicações de providenciar a impressão e a encadernação dos referidos relatórios, imediatamente após a entrega dos arquivos digitais pelo presidente da comissão.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS 01 - 04  
ANEXOS 05 - 08  
ANEXOS 09 - 15  
ANEXO 16

Senado Federal, 22 de dezembro de 2011. Senador José Sarney, Presidente.

**2 - ATENDIMENTO AO ITEM "A" DO AVISO DO TCU Nº 11/2011 - Gab. Min. JMI**

“os resultados alcançados pelos programas sob responsabilidade do Senado Federal, destacando, para cada uma das ações integrantes dos mesmos: os montantes de recursos orçados, liquidados, pagos e inscritos em restos a pagar não processados, bem como as metas físicas previstas e realizadas, comentando os resultados observados.”

O orçamento do Senado Federal, constante da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011 – LOA/2011 foi constituído por cinco Programas.

- 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
- 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal
- 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
- 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)
- 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Visa assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União, seus pensionistas e dependentes.

Programa 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal: Trata-se de **Programa finalístico**, uma vez que o conjunto de suas Ações está vinculado à atividade-fim do Órgão. Seus produtos são ofertados diretamente à sociedade, ainda que nem sempre aferíveis com o resultado da função legislativa e demais atribuições constitucionais, como a fiscalização da atuação governamental, a apuração de fatos relevantes para a ordem pública e o debate de temas de interesse nacional. É um programa finalístico por excelência, porquanto ligado às atividades constitucionais e regimentais da Casa, de modo que praticamente todos os trabalhos desenvolvidos na Instituição são custeados com recursos do programa.

Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais - visa dispor dos meios necessários ao cumprimento de sentenças judiciais.

Programa 0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) – destina-se ao pagamento de amortizações e

encargos decorrentes da contratação de dívida externa.

Programa 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais – destinado a custear contribuições a organismos internacionais em razão da adesão do Brasil a acordos de intercâmbio político e integração entre os parlamentos. Essas contribuições são de natureza compulsória ou voluntária, sob a forma de transferência de recursos.

Em seguida apresenta-se o quadro demonstrativo que contempla os principais dados da execução dos Programas que formaram a estrutura orçamentária do Senado Federal em 2011.

**2.1. PROGRAMAS DO SENADO FEDERAL: DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2011**

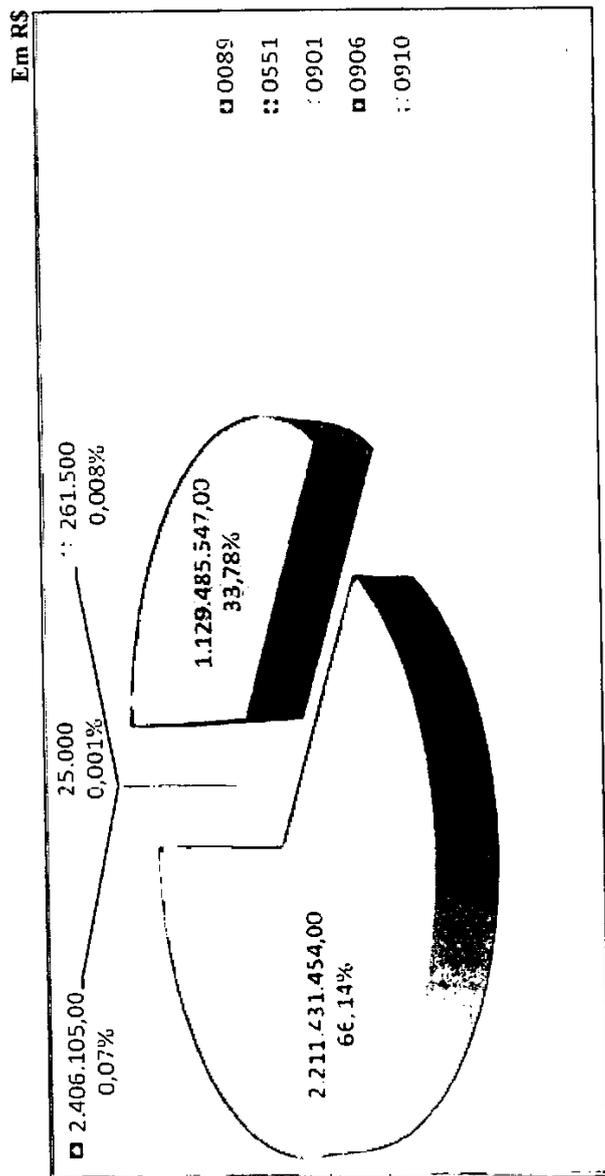
Em R\$ 1,00

PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		DESPESA LIQUIDADADA			DESPESA PAGA			RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			SALDO ORÇAMENTÁRIO		
	Valor (A)	% B/A	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)	% H/C	Valor (I)	% I/C		
0089	928.250.547,00	21,68	201.235.000,00	21,68	1.129.485.547,00	121,68	-	-	1.128.046.048,63	99,87	1.127.873.060,37	99,98	-	-	1.439.498,37	0,13	-	-	1.439.498,37	0,13
0551	2.412.668.454,00	8,34	-201.235.000,00	8,34	2.211.431.454,00	91,66	3.308.750,00	0,15	2.076.784.334,10	93,91	2.074.717.052,51	99,90	60.743.332,40	2,75	70.595.037,50	3,19	-	-	70.595.037,50	3,19
0901	25.000,00	-	-	-	25.000,00	100	-	-	22.920,30	91,68	22.920,30	100	-	-	2.079,70	8,32	-	-	2.079,70	8,32
0906	4.038.800,00	-40,43	-1.632.695,00	-40,43	2.406.105,00	59,57	-	-	1.303.568,63	54,18	1.303.568,63	100	-	-	1.102.536,37	45,82	-	-	1.102.536,37	45,82
0910	261.500,00	-	-	-	261.500,00	100	-	-	205.999,20	62,06	205.999,20	100	-	-	55.500,80	21,22	-	-	55.500,80	21,22
Total:	3.345.242.301,00	-0,05	-1.632.695,00	-0,05	3.343.609.606,00	99,95	3.308.750,00	0,10	3.206.362.870,86	95,89	3.204.122.601,21	99,93	60.743.332,40	1,81	73.194.652,74	2,19	-	-	73.194.652,74	2,19

FONTE: SIAFI

O item 2.2 se fez a guisa de representação gráfica da participação de cada Programa no orçamento global do órgão, acompanhada de valores e percentuais.

**227 PARTICIPAÇÃO DOS PROGRAMAS NO ORÇAMENTO DO SENADO FEDERAL/2011 (DOAÇÃO ATUALIZADA)**



Fonte: SIAFI

Como se pode observar neste gráfico, o Programa 0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal concentrou mais de 2/3 do orçamento do Senado Federal em 2011. Os recursos totais nele alocados, da ordem de R\$ 2.211.431.454,00, representam 66,14% do orçamento do Órgão. O segundo Programa em volume é o 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, com recursos da ordem de R\$ 1.129.485.547,00, ou 33,78% do total alocado no orçamento.

Pode-se observar, ainda, que a soma dos Programas 0551 e 089, corresponde a 99,92% do orçamento do Órgão.

O Programa Finalístico 0551 engloba despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios assistenciais, tecnologia e gestão de informática, produção gráfica, capacitação de recursos humanos, divulgação institucional, projetos voltados para a melhoria da infraestrutura, com vistas à integração com os legislativos estaduais e a sociedade em geral, bem como outras ações imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades do Órgão.

Os montantes de recursos destinados a todos os Programas, bem como a execução orçamentária e financeira de cada um, podem ser verificados no quadro a seguir, que oportuniza ainda a verificação da evolução dos gastos nos últimos cinco anos.

**2.3 PROGRAMAS DO SENADO FEDERAL - DOAÇÃO E EXECUÇÃO NO PERÍODO 2007-2011**

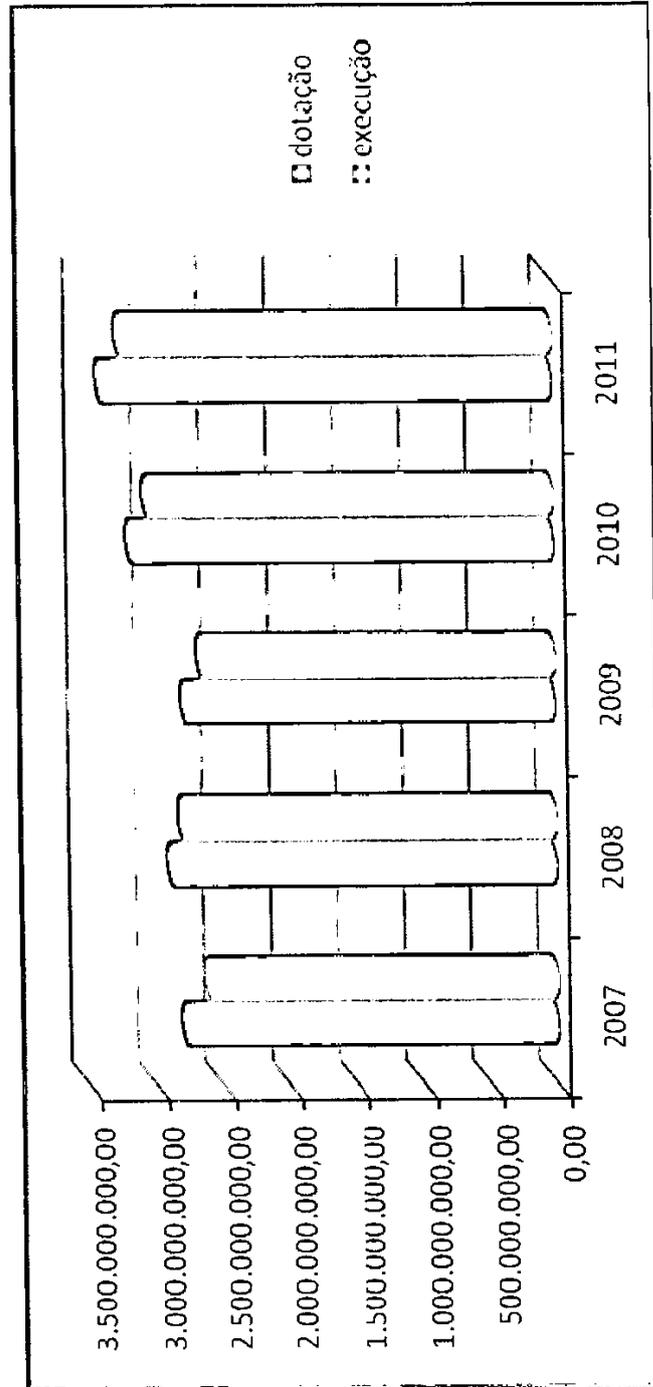
Em R\$

Programa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007-2011	2012	2012/2011		
0889	679.275.034,00	679.275.034,00	100	717.813.358,00	717.808.427,92	100	730.442.174,00	729.944.269,14	100	937.531.290,00	127,58
0551	2.087.981.581,789,00	1.882.415.757,23	91	2.128.117.014,00	2.040.531.792,17	96	2.006.965.881,00	1.881.231.350,22	96	2.073.751.198,00	95,19
0681	-	-	-	1.417.000,00	555.055,16	39	313.850,00	233.511,70	39	-	-
0901	35.600,00	31.379,40	90	37.800,00	27.184,96	72	38.450,00	19.410,36	72	28.000,00	21,92
0906	6.210.000,00	3.263.637,57	53	4.629.081,00	2.979.328,41	64	5.215.500,00	3.692.390,65	64	6.432.000,00	104,16
0910	-	-	-	-	-	-	-	-	-	349.000,00	234.739,60
0999	-	-	-	248.200,00	-	-	-	-	-	-	-
1032	1.240.000,00	1.240.000,00	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1173	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>10.002.096.625,79</b>	<b>10.002.096.625,79</b>	<b>100</b>	<b>10.002.096.625,79</b>	<b>10.002.096.625,79</b>	<b>100</b>	<b>10.002.096.625,79</b>	<b>10.002.096.625,79</b>	<b>100</b>	<b>10.002.096.625,79</b>	<b>100</b>

\*Obs.: Execução = valores liquidados.  
Observação: na série histórica acima constam outros Programas que não integraram o orçamento de 2011 do Órgão, mas foram lançados para que a análise ficasse completa.

A representação gráfica abaixo corresponde ao quadro anterior.

**2.4. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS PROGRAMAS DO SENADO FEDERAL - DOTAÇÃO E EXECUÇÃO NO PERÍODO DE 2007 A 2011**



Desta Seção em diante, em atenção à metodologia apresentada à introdução, far-se-á o detalhamento de cada Programa, atendendo aos quesitos colimados à letra “a” do Aviso nº 11/2011 – Gab. Min JM, seguido dos comentários correspondentes.

**2.5. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DOS RECURSOS ALOCADOS NOS PROGRAMAS/AÇÕES E EXECUÇÃO EM 2011.****2.5.1 ANÁLISE DO PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO.**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO						DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		Valor (H) = C-D-E-G	% H/C
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C		
928.250.547,00	201.235.000,00	21,68	1.129.485.547,00	121,68	-	-	1.128.046.048,63	99,87	1.127.873.060,57	99,98	-	-	1.439.498,37	0,13

FONTE: SIAFI 2011

Este Programa, composto pelas Operações Especiais abaixo descritas, destina-se ao custeio das despesas com previdência dos inativos e pensionistas.

Da análise do quadro acima, destacam-se as alterações orçamentárias, com aporte de recursos, conforme detalhado mais adiante nas Ações 0C05 - Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações (Aposentadorias, Reformas e Pensões), 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões e 0397 - Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC.

**Operação Especial: Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Aposentadorias, Reformas e Pensões**  
**Código: 09.274.0089.0C05/0001**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO						DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		Valor (H) = C-D-E-G	% H/C
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C		
6.382.629,00	-6.382.629,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI 2011

Esta Ação foi criada especificamente pelo órgão central de planejamento do Governo Federal para concentrar as despesas com Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações dos Aposentados e Pensionistas, cuja dotação foi remanejada para a ação 0397 Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC.

**Operação Especial: Pagamento de Aposentadorias e Pensões**  
**Código: 09.272.0089.0396/0001**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	%		%		%		%		%		%			
	Valor (B)	B/A	Valor (C)	C/A	Valor (D)	D/C	Valor (E)	E/C	Valor (F)	F/E	Valor (G)	G/C	Valor (H) = C-D-E-G	H/C
905.867.918,00	201.235.000,00	22,21	1.107.102.918,00	122,21	-	-	1.106.440.332,89	99,94	1.106.267.344,83	99,98	-	-	662.585,11	0,06

FONTE: SIAFI 2011

Esta Ação, classificada como Operação Especial, tem por finalidade garantir remuneração aos servidores civis inativos dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público da União e/ou seus pensionistas beneficiários, conforme as regras do regime previdenciário próprio.

A dotação inicial sofreu alterações da ordem de R\$ 201.235.000,00, com o remanejamento de recursos originários da Ação 0C04 R\$ 27.332.319,00 e de R\$ 173.902.681,00 da Ação 4061 – Processo Legislativo.

O valor de R\$ 1.106.440.332,89, correspondente à execução, situou-se em um patamar próximo à execução plena, ou seja, 99,98% da dotação atualizada.

**Operação Especial: Encargos Previdenciários com Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC**  
**Código: 09.274.0089.0397/0001**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H) = C-D-E-G	% H/C
16.000.000,00	6.382.629,00	39,89	22.382.629,00	139,89	-	-	21.605.715,74	96,53	21.605.715,74	100	-	-	776.913,26	3,47

FONTE: SIAFI 2011

Esta operação especial visa assegurar o pagamento de aposentadorias e pensões para os beneficiários que estavam sob a responsabilidade do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.

Como não é permitido reposição de novos beneficiários, a tendência é de redução de seu produto com o passar do tempo, em decorrência das exclusões motivadas por falecimentos.

A Lei Orçamentária Anual de 2011 consignou dotação de R\$ 16.000.000,00 para a liquidação de tal benefício. Houve suplementação de R\$ 6.382.629,00 com recursos provenientes da Ação 0C05.

Como pode ser observado no Quadro acima, a execução verificada foi de R\$ 21.605.715,74, correspondendo a 96,53% da dotação total.

**2.5.2 ANÁLISE DO PROGRAMA 0551 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL- PROGRAMA FINALÍSTICO.**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H) = C-D-E-G	% H/C
2.412.666.454,00	-201.235.000,00	-8,34	2.211.431.454,00	91,66	3.308.750,00	0,15	2.076.784.334,10	93,91	2.074.717.052,51	99,90	60.743.332,40	2,75	70.595.037,50	3,19

FONTE: SIAFI 2011

O Programa 0551 responde pela maior parte dos recursos do orçamento do Senado Federal. Despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e de capital, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades do Órgão, são ali consignadas. A dotação inicial de R\$ 2.412.666.454,00 reduziu-se para R\$ 2.211.431.454,00, considerando que houve remanejamento de recursos no valor de R\$ 201.235.000,00 para o Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas. O total executado do Programa 0551 foi de R\$ 2.076.784.334,10, que corresponde a 93,91% do valor autorizado.

Com as análises detalhadas das Ações que o integram, realizadas a seguir, será possível a compreensão das principais ocorrências no ano de 2011.

#### **2.5.2.1 - RESULTADOS DA ATIVIDADE LEGISLATIVA.**

Embora este seja o Programa finalístico do Senado Federal, o seu indicador ainda está em fase de definição, em virtude da dificuldade de mensuração de suas atribuições, estabelecidas nos artigos 52 e 53 da Constituição Federal - CF/88, uma vez que a maior parte delas tem caráter subjetivo. Podemos concluir que parte da produção legislativa pode ser mensurada pelo número de proposições apreciadas, de sessões realizadas no âmbito do plenário ou das comissões, das audiências públicas realizadas pelas CPIs, entre outras atividades. Entretanto, se tomarmos como exemplo as proposições apreciadas pelo Órgão para compor a base de um indicador, iremos constatar um problema de valor, uma vez que uma Emenda à Constituição, que é considerada uma proposição, pode estabelecer medidas de grande repercussão para a sociedade ou para o País, enquanto uma Resolução, que também é uma proposição, pode apenas instituir regras limitadas às atividades desta Casa Legislativa.

Por outro lado, um discurso de um Senador propondo ao Executivo iniciativa de leis de sua competência, pode desencadear providências daquele Poder para solução de problemas de interesse nacional, diferentemente do discurso de outro Senador, que pode registrar um fato de interesse do seu Estado, cuja importância esteja limitada a apenas uma unidade federativa.

Outro aspecto a ser ressaltado, é que as atividades, tanto do Órgão, como dos senadores, não se limitam apenas às definidas no texto Constitucional. Por exemplo, quando senadores participam de fóruns para discussão de grandes problemas, como o aquecimento global, podem até abordar assuntos desse tema relacionados com seus respectivos Estados, mas estarão também preocupados com o futuro de nosso País e até do Planeta, em última instância.

Apesar destas e de outras dificuldades para se estabelecer um indicador para o referido Programa, nos últimos anos o Órgão tem instituído Grupos de Trabalho para estudar o assunto e determinar parâmetros visando sua definição.

No que se refere aos resultados alcançados pelo Senado Federal considerando as atividades desenvolvidas passíveis de mensuração, esta Casa Legislativa apreciou 2.192 proposições diversas e deste total foram aprovadas 867, como pode ser constatado nos quadros apresentados em seqüência, elaborados pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

**Matérias Aprovadas e Deliberadas no Senado Federal entre 02/02/2011 e 22/12/2011**

Tipo de matéria	Matérias Aprovadas	Matérias Rejeitadas	Matérias Deliberadas*
Propostas de Emenda à Constituição	2	3	5
Projetos de Lei do Senado	138	57	195
Emendas da Câmara a Projetos de Lei do Senado	2	-	2
Substitutos da Câmara a Projetos de Lei do Senado	5	-	5
Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Decreto Legislativo	1	-	1
Projetos de Lei da Câmara	127	12	139
Projetos de Decreto Legislativo	370	1	371
Medidas Provisórias/Projetos de Lei de Conversão	34	1	35
Projetos de Resolução do Senado Federal	27	1	28
Mensagens do Senhor Presidente da República	131	-	131
Ofícios	30	-	30
<b>TOTAL</b>	<b>867</b>	<b>75</b>	<b>942</b>

\* Não foram consideradas como matérias deliberadas, as prejudicadas e as retiradas pelo autor.

## Proposições Apreciadas no Senado Federal no período de 02/02/2011 a 22/12/2011

Comissões	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF	OFS	AVS	PFS	SUC	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM COM	PAR REL SUB COM	CONSEQUES ORD. OUTR	TOTAL
CAE	-	-	-	1	13	62	55	-	-	4	-	36	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	84	-	-	261
CAS	-	2	-	13	12	74	35	-	1	-	-	4	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	72	-	-	216
CCJ	19	3	1	8	33	26	11	-	2	5	-	10	2	38	-	-	-	13	-	-	-	-	2	107	-	-	280
CE	-	-	-	41	12	29	27	-	-	2	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-	-	188
CMA	-	-	-	11	7	7	8	-	3	-	1	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	114	-	-	156
CDH	-	-	-	4	11	11	35	-	-	2	-	-	-	1	1	-	6	-	-	-	2	-	-	152	-	-	225
CRE	-	-	-	1	6	1	17	-	57	-	-	53	32	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	-	2	220
CI	-	-	-	3	4	-	17	-	-	-	-	15	-	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	69	-	-	115
CDR	-	-	-	1	3	7	20	-	-	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-	68
CRA	-	-	-	1	3	5	20	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	74	-	-	104
CCT	-	-	-	1	3	1	5	269	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-	341
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	18
TOTAL	19	5	1	85	107	223	250	269	63	13	1	119	35	53	15	4	6	13	-	-	2	-	2	905	-	2	2192

## Legendas - Comissões

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos  
CAS - Comissão de Assuntos Sociais  
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte  
CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle  
CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle  
CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura  
CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo  
CRA - Comissão de Reforma Agrária e Agricultura  
CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática  
CMMC - Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

## Legendas - Proposições

PEC - Propostas de Emenda à Constituição  
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado  
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado  
PLC (T) - Projeto de Lei da Câmara (terminativo)  
PLC (NT) - Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)  
PLS (T) - Projeto de Lei do Senado (terminativo)  
PLS (NT) - Projeto de Lei do Senado (não terminativo)  
PDS (T) - Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)  
PDS (NT) - Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)  
PRS - Projeto de Resolução  
IND - Indicação  
MSF - Mensagem "SF"  
REQ "SF" - Requerimento apresentado no Plenário  
OFS - Ofício "SF"  
AVS - Aviso  
PFS - Proposta de Fiscalização e Controle  
SUG - Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH  
EM. PLEN. - Emendas apresentadas em Plenário  
REC - Recursos  
DIV - Diversos  
PET - Petição  
PET (SF) - Petição "SF"  
PAR. COM. - Parecer de Comissão  
REQ. COM. - Requerimento (e Aditamento) de Comissão e Subcomissão  
PAR E REL. SUB E COM - Parecer e Relatório das Subcomissões e da CMMC (Resolução nº 4, de 2008-CN)  
CONS., QUES. ORD. OUTR. - Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Fonte: Relatório apresentado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

**Atividade: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações**  
**Código: 01.122.0551.20AK/0001**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	%		%		%		%		%		%			
	Valor (B)	B/A	Valor (C)	C/A	Valor (D)	D/C	Valor (E)	E/C	Valor (F)	F/E	Valor (G)	G/C	Valor (H) = C-D-E-G	H/C
5.550.277,00	-	-	5.550.277,00	100	-	-	-	-	-	-	-	-	5.550.277,00	100,0

FONTE: SIAFI 2011

Os recursos para esta Ação, destinada ao custeio das despesas com provimento de cargos mediante concurso público e reestruturação de cargos e carreiras, não foram utilizados, em virtude de ter expirado prazo de admissão dos aprovados no concurso realizado em 2008.

**Atividade: Assistências Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**  
**Código: 01.301.0551.2004/0001**  
**Pessoas beneficiadas (unidade): 23.949**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	%		%		%		%		%		%			
	Valor (B)	B/A	Valor (C)	C/A	Valor (D)	D/C	Valor (E)	E/C	Valor (F)	F/E	Valor (G)	G/C	Valor (H) = C-D-E-G	H/C
73.942.811,00	4.087.341,00	5,53	78.030.152,00	105,53	-	-	66.558.143,57	85,30	66.105.758,12	99,32	7.408.424,18	9,49	4.063.584,25	5,21

FONTE: SIAFI 2011

Nesta Atividade a execução foi superior à dotação orçamentária inicial, o que requereu, naturalmente, suplementações orçamentárias, que totalizaram R\$ 4.087.341,00, valor equivalente a 5,5% da dotação inicial, de R\$ 73.942.811,00. Dentre outros fatores, este aumento de gastos

decorreu principalmente da elevação da faixa etária dos servidores e de seus dependentes, bem como dos frequentes reajustes das tabelas de preços das empresas prestadoras de serviços médicos e hospitalares.

Em função dessas circunstâncias, a Comissão Diretora do Senado Federal editou, no segundo semestre, o Ato nº 16, de 5 de outubro de 2011, contendo determinações que possibilitam otimizar o desempenho desta Ação, com o incremento da receita originária das contribuições dos servidores ao plano de assistência médica do órgão e a racionalização dessas despesas no Senado Federal.

**Atividade: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**  
**Código: 01.365.0551.2010/0001**  
**Criança atendida (unidade): 734**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL				
							DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA				RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E			Valor (G)	% G/C	Valor (H) = C-D-E-G
3.694.635,00	Valor (B)	50.000,00	1,35	Valor (C)	3.744.635,00	101,35	Valor (D)	-	-	3.691.155,78	98,57	3.691.155,78	100	53.479,22	1,43

R\$ 1,00

FONTE: SIAFI 2011

A atividade destina-se à assistência educacional de dependentes de até 6 anos, conforme dispõe o Ato da Comissão Diretora nº 05/94.

Em face da defasagem no valor do benefício em relação ao valor pago pela Câmara dos Deputados, houve reajuste no valor *per capita* para R\$ 550,00, por meio do Ato da Diretoria Geral nº 6.971, de 30 de setembro de 2011, o que acarretou a necessidade de pedido de crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00, na forma de remanejamento de dotação da Ação 4061 – Processo Legislativo, para atender a despesa dos meses remanescentes.

A execução orçamentária foi superior a 98% da dotação, ou R\$ 3.691.155,78, terminando o exercício de 2011 com um saldo orçamentário de apenas R\$ 53.479,22, ou 1,43% dos recursos previstos.

**Atividade: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**  
**Código: 01.306.0551.2012/0001**  
**Servidor beneficiado (unidade): 6.267**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H) = C-D-E-G	% H/C
	2.400.000,00	4,89	51.496.584,00	104,89	-	-	51.340.292,14	99,7	51.340.292,14	100	-	-		
49.096.584,00														

FONTE: SIAFI 2011

A concessão do auxílio-alimentação aos servidores e empregados do Órgão está legalmente respaldada nos seguintes dispositivos: art. 22 da Lei nº 8.460/92 (alterado pela Lei nº 9.527/97) e Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 08/11.

Por meio do Ato da Diretoria Geral nº 5.562, de 6 de junho de 2011, que disciplinou a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Senado Federal, o valor desse benefício foi reajustado em 16,14%, passando de R\$ 638,00 para R\$ 740,96, equiparando-se assim ao valor praticado pela Câmara dos Deputados. Tal incremento da despesa implicou em necessidade de suplementação dos recursos previstos no valor de R\$ 2.400.000,00.

A execução foi de R\$ 51.340.292,14, ou 99,7% dos recursos alocados na Ação. A economia orçamentária correspondeu a R\$ 156.291,86.

**Atividade: Comunicação e Divulgação Institucional**  
**Código: 01.131.0551.2549.0001**  
**Produto: Matéria veiculada (unidade): 1**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H) = C-D-E-G	% H/C
	1.000.000,00	-100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
1.000.000,00														

FONTE: SIAFI 2011

Na ação em análise figura a dotação para as despesas com campanhas de publicidade institucional com o objetivo de informar à sociedade, em âmbito nacional, os trabalhos realizados pelo Congresso Nacional. Para custear a veiculação, na mídia impressa e eletrônica, foi incluída na LOA/2011 a importância de R\$ 1.000.000,00, porém nenhuma despesa foi realizada no exercício. Em razão disso, os recursos alocados nesta Ação foram utilizados como fonte de cancelamento para abertura de crédito suplementar para a Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Empregados, Servidores e seus Dependentes.

**Atividade: Gestão do Sistema de Informática**

**Código: 01.126.0551.4060.0001**

**Sistema gerido (unidade): 603**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO						DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
	RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		DESPESA PAGA		DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		DESPESA LIQUIDADADA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C		Valor (H) = C-D-E-G
40.000.000,00	- 8.000.000,00	20	32.000.000,00	80	-	-	22.380.052,85	69,94	22.380.052,85	100	7.496.820,20	23,43	2.123.126,95	6,63

R\$ 1,00

FONTE: SIAFI 2011

Esta Ação, administrada pela Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, concentra os valores destinados a incrementar e manter os recursos tecnológicos do Órgão. Em 2011, a execução física situou-se no percentual de 77,45%, representando 467 sistemas geridos. Na realidade, o resultado foi bem melhor, pois houve uma revisão da meta prevista para 2011, promovida pelo PRODASEN, que passou para 478 sistemas geridos.

Com relação à execução orçamentária, o índice apurado foi de 69,94%, ocasionado pelos seguintes fatores: a) diferença significativa entre o valor apurado na pesquisa de preços (pré-empenho) e o efetivamente empenhado; b) falta de tempo para a realização de novas licitações, devido à combinação de somas vultosas pré-empenhadas no SIAFI com licitações concentradas no último trimestre do ano, impedindo que outras pudessem ser realizadas com o melhor aproveitamento dos saldos orçamentários; c) não conclusão de processos licitatórios, a tempo, com

despesas já pré-empenhadas, em que pese todo o esforço despendido pela Administração no sentido de reverter esta situação. Para melhor aproveitar a dotação disponível, foi cancelado, por meio de crédito suplementar, o valor de R\$ 8.000.000,00, tendo como contrapartida a Ação 4061 – Processo Legislativo.

**Atividade: Processo Legislativo**  
**Código: 01.031.0551.4061/0001**  
**Sessão realizada (unidade): 602**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO						DOTAÇÃO DISPONÍVEL		
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		Valor (H)= C-D-E-G		% H/C
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)	% H/C	
1.909.936.818,00	-160.743.681,00	8,42	1.749.193.137,00	91,58	-	-	1.690.417.597,65	96,64	1.690.153.942,17	99,98	45.781.201,24	2,62	18.742.110,65	1,07	

FONTE: SIAFI 2011

Em termos financeiros, essa é a principal Ação do orçamento do Senado Federal, concentrando 52,29% do orçamento inicial total de 2011, considerando que os recursos ali alocados visam não somente ao custeio das despesas com a manutenção e funcionamento do órgão, mas sobretudo, com Pessoal Ativo.

A ação registrou realização de meta financeira no patamar de 96,64%, porém contou com apenas 39,04% de realização para o indicador de meta física (número de sessões realizadas no ano), considerando-se o número realizado de 235 sessões em relação à meta estipulada de 602 sessões. No entanto, cabe esclarecer que a meta física da LOA 2011 foi revisada de 602 para 238 sessões realizadas, em virtude ter se computado inadequadamente o quantitativo de reuniões realizadas pelas diversas comissões do Senado Federal. Sob esse aspecto a execução física foi muito alta, pois 235 sessões representam 98,74% da nova meta estipulada. Após essa revisão, os valores registrados representam o somatório dos quantitativos das sessões plenárias efetivamente realizadas, compreendendo as deliberativas extraordinárias, deliberativas ordinárias, especiais e as não deliberativas.

Para melhor visualização apresenta-se o quadro seguinte, detalhando a Ação por GND:

**Atividade 4061 - Processo Legislativo – Detalhamento por Grupos de Despesa em 2011**

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)		ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		Valor (H)=C-D-E-G	% H/C
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.621.170.098,00	-8,84	1.477.876.417,00	91,16	-	-	1.475.136.268,94	99,81	1.474.995.990,44	99,99	-	-	2.740.148,06	0,19
CUSTEIO	263.766.720,00	-5,69	248.766.720,00	94,31	-	-	208.555.153,77	83,83	208.446.145,54	99,96	31.786.276,50	12,78	8.445.289,73	3,39
INVESTIMENTO	25.000.000,00	-9,8	22.550.000,00	90,20	-	-	6.746.174,94	29,92	6.711.806,19	99,49	8.247.152,20	36,57	7.556.672,86	33,51
<b>TOTAL</b>	<b>1.909.936.818,00</b>	<b>8,42</b>	<b>1.749.193.137,00</b>	<b>91,58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.690.417.597,65</b>	<b>96,64</b>	<b>1.690.153.942,17</b>	<b>99,98</b>	<b>40.033.428,70</b>	<b>2,89</b>	<b>18.742.110,65</b>	<b>1,07</b>

FONTE: SIAFI

**Atividade: Capacitação de Recursos Humanos  
Código: 01.128.0551.4091/0001  
Servidor capacitado (unidade): 9.000**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)=C-D-E-G	% H/C
3.030.000,00	-606.000,00	-20	2.424.000,00	80	-	-	1.491.853,12	61,55	1.491.853,12	100	117.968,17	4,87	814.178,71	33,59

FONTE: SIAFI 2011

Dos recursos originalmente disponíveis - R\$ 3.030.000,00 - foram remanejados R\$ 606.000,00 para a Ação 4061 – Processo Legislativo, restando uma dotação disponível de R\$ R\$ 2.424.000,00, dos quais foram executados R\$ 1.491.853,12, valor correspondente a 61,55% da dotação. Sob o aspecto da execução física, a meta era capacitar 9.000 servidores, mas o número atingido foi de 2.177, equivalente a um índice de 24,19%.

Para o próximo exercício espera-se que esta Atividade apresente melhores indicadores, em face da aprovação do Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2011, que dispõe sobre a política de capacitação e desenvolvimento dos servidores do Senado Federal. Parte dos recursos desta Ação foi destinada, no orçamento de 2012, para a criação da Ação 20TJ – Treinamento e Capacitação em Conhecimentos Legislativos, visando segregar a despesa originária dos cursos presenciais oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, por meio da rede mundial de computadores (Internet).

**Atividade: Produção e Distribuição de Documentos Legislativos**

**Código: 01.031.0551.4597.0001**

**Exemplar Distribuído (unidade): 21.703.893**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)	% H/C
24.565.000,00	-4.913.000,00	-20	19.652.000,00	80	-	-	15.185.879,59	77,27	13.834.638,93	91,10	2.754.286,60	14,02	1.711.833,81	8,71

R\$ 1,00

FONTE: SIAFI 2011

A dotação orçamentária da ordem de R\$ 24.565.000,00, alocada para a Ação em análise, destinou-se a subsidiar a atividade – fim da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP.

A SEEP tem seus processos de produção gráfico-industrial totalmente automatizados e integrados. Possui ainda um núcleo de artesãos que são repositório vivo da nobre arte da encadernação manual, cuja mão de obra se presta ainda a auxilia nos processos e procedimentos para a recuperação de obras raras dos acervos da Casa. Imbuída da consciência ecológica que permeia seu processo produtivo, a SEEP possui programa de aproveitamento das aparas de papel e coleta seletiva das sobras industriais, sendo participe do Programa Senado Verde.

A SEEP editora, imprime e publica as cinco fontes de informação do Legislativo: o Diário Oficial, o Jornal do Senado, os Anais, a Ordem do dia e os Avulsos. O Diário Oficial do Senado Federal é de caráter constitutivo para a instituição. Nele são publicados os atos no âmbito do Poder Legislativo. Além do Diário próprio, a SEEP publica os Diários do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

Além das cinco fontes de informação legislativa, se materializam com as dotações da Ação as publicações de obras de interesse do

Senado que, sob os auspícios do Conselho Editorial, buscam preencher a lacuna na bibliografia brasileira fundamental: ora editando obras inéditas, ora republicando outras há anos fora do catálogo das editoras, sem acesso fácil ao público. Cabe destaque, ainda, a aplicação da dotação orçamentária para a publicação de títulos em Braille.

Atualmente a SEEP além de indústria gráfica é também uma editora e publicadora do Senado Federal. Ao longo dos anos tem investido em tecnologias que fomentam a democratização e a disseminação da informação em diversas mídias. Nesse sentido, mantém na área de informatização um serviço de multimídia, responsável por produzir em meio eletrônico as publicações gráficas e distribuir obras institucionais em CD-ROM.

Quanto à meta física foi atingido o percentual de 65,91, equivalentes à 14.305.045 de exemplares distribuídos. No aspecto orçamentário, a despesa liquidada foi de R\$ 15.185.879,59, correspondendo a 77,27% da dotação disponível.

**Atividade: Rede de Integração e Participação Legislativa - Interlegis**  
**Código: 01.126.0551.4898/0001**  
**Rede mantida (unidade): 1**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)= C-D-E-G	% H/C
2.450.000,00	-490.000,00	-20	1.960.000,00	80	-	-	267.634,81	13,65	267.634,81	100	640.372,30	32,67	1.051.992,89	53,67

R\$ 1,00

FONTE: SIAFI 2011

Na década de 1990, um projeto piloto do então Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, possibilitou o acesso de cem câmaras municipais à rede mundial de computadores (Internet). O Programa Interlegis deu seus primeiros passos, inicialmente financiado apenas pelo Senado Federal.

O sucesso desse projeto piloto chamou a atenção do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, que assinou um Acordo de Empréstimo com a União, em 1999, quando passou a financiar 50 por cento dos investimentos de um programa de inclusão digital para as Câmaras Municipais.

No seu início, o Programa Interlegis entregava equipamentos de informática às casas legislativas e promovia o treinamento dos usuários para utilização de programas básicos e para navegação na rede mundial de computadores. Esse treinamento era conhecido como TBI, Treinamento Básico do Interlegis.

A partir daí, iniciaram-se os Programas com a marca Interlegis, sendo que o primeiro deles o Interlegis I, em sua primeira fase, tinha por alvo equipar cerca de 2.500 Casas Legislativas. Atualmente, essa marca atinge o quantitativo de mais de 3.500 Casas com equipamentos doados pelo Interlegis, e cerca de 4.300 Câmaras aderidas ao programa, das 5.563 existentes, bem como a totalidade das Assembleias Legislativas, incluindo a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Interlegis II tem por objetivo a continuidade do Programa I. Porém, agregando valor às instalações realizadas, incluindo serviços conexos a bens, consultorias, capacitação, seminários, eventos e outras atividades agrupadas em quatro componentes assim definidos: 1 - Consolidação da Rede Nacional do Interlegis - esse primeiro componente tem por objetivo apoiar a continuidade das ações desenvolvidas na primeira etapa do Programa, permitindo o aperfeiçoamento das tecnologias de modernização do Legislativo e a manutenção e ampliação da Comunidade Virtual do Interlegis, formada pelas Casas Legislativas e parlamentares participantes do Programa. 2 - Modernização das Casas Legislativas: composto de dois subcomponentes (Modernização de Casas Legislativas Estaduais e Municipais e Modernização do Congresso Nacional), este componente tem como objetivo desenvolver capacidades técnicas e gerenciais nas Casas Legislativas, além de implantar o modelo de modernização do Legislativo Municipal desenvolvido como produto da primeira etapa do Programa Interlegis (Projeto Piloto de Modernização - PPM). O modelo se baseia em quatro segmentos integrados: tecnologia (nas áreas de informação, gestão e legislativa); capacitação de parlamentares e funcionários das Casas Legislativas; informação e comunicação. Também estão previstas ações de fomento a projetos próprios das Câmaras e Assembleias. Com relação à Modernização de Casas Legislativas Estaduais destacamos as ações voltadas para a seleção, realizada com base em critérios definidos pelo IPEA, das 350 Câmaras Municipais a serem atendidas e a elaboração de diagnóstico, plano diretor de modernização individualizado e projeto executivo para cada Casa Legislativa a ser atendida. 3 - Fortalecimento Institucional do Interlegis: Este terceiro componente visa fortalecer a Secretaria Especial do Programa Interlegis aumentando sua capacidade de gestão do programa. Para tanto, serão desenvolvidas ações para a implantação de um escritório de projetos e suas respectivas metodologias, para elaboração e administração de projetos de modernização, de atualização da infra-estrutura da Rede Nacional Interlegis (RNI) e de atualização tecnológica dos equipamentos componentes da rede de videoconferência. 4 - Fortalecimento da Rede de Parlamentares e Cooperação Técnica Parlamentar

Internacional. Este componente tem por objetivo desenvolver produtos específicos para atender à comunidade parlamentar com a criação de redes virtuais de relacionamento, realização de encontros e seminários, assim como viabilizar a cooperação técnica com parlamentos de nações amigas, em especial com os países de língua portuguesa e membros do Mercosul. Sobre esse componente, é importante lembrar a presença do Programa Interlegis no processo de modernização da Assembléia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau. Técnicos brasileiros levaram tecnologia e também alguns especialistas daquele Legislativo estiveram na sede do Programa para conhecer mais detalhadamente o que o Interlegis pode oferecer.

Os recursos da ordem de R\$ 2.450.000,00 tinham por objetivo cobrir as despesas com a manutenção do Sistema Interlegis, que dá suporte operacional ao cumprimento e manutenção dos Programas Interlegis I e II, entre essas compreendidas as despesas com água, luz, telemáticos, sistemas de informática, telefonia, diárias, passagens, manutenção das instalações e outras de natureza similar.

De acordo com informações da unidade administrativa responsável, Secretaria Especial do Programa Interlegis, por motivos de não cumprimento de partes relativas ao contrato de manutenção da rede, o pagamento à empresa Brasil Telecom S.A. se encontra suspenso, sendo necessário o adimplemento total das cláusulas contratuais para a retomada do referido pagamento. Por esse motivo a execução da Ação situou-se no patamar de 13,65% em relação à dotação total.

**Operação Especial: Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações – Pessoal Ativo**  
**Código: 01.122.0551.0C04/0001**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL		
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)= C-D-E-G
27.332.319,00	-27.332.319,00	-100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

R\$ 1,00

FONTE: SIAFI 2011

Conforme mencionado anteriormente na ação 20AK/0001, o prazo de admissão dos aprovados no concurso realizado em 2008 expirou. Dessa forma, houve sobra orçamentária na dotação desta Ação, que foi integralmente oferecida como fonte para suplementar a Ação 0396 –

Pagamento de Aposentadorias e Pensões, manobra orçamentária necessária em função do elevado número de aposentadorias concedidas no exercício. O cancelamento decorreu de orientação feita pela SOF mediante Nota Técnica nº 17/CGDPS/SEAFI/MP, de 31 de janeiro de 2011.

**Operação Especial: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**  
**Código: 01.122.0551.09HB/0001**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
							DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA				RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E			Valor (G)	% G/C
251.748.010,00	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	224.364.988,18	89,12	224.364.988,18	100	-	-	27.383.021,82	10,88

FONTE: SIAFI 2011

Nesta Ação, destinada ao pagamento das contribuições patronais em favor do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18/06/2004, foram consignados os recursos da ordem de R\$ 251.748.010,00. O montante executado foi de R\$ 224.364.988,18, o que corresponde a 89,12% da dotação autorizada.

**Projeto: Interlegis II – Implementação do Legislativo Eletrônico (e-legislativo)**  
**Código: 01.126.0551.1129/0101**  
**Projeto implementado (unidade): 1**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
							DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA				RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E			Valor (G)	% G/C
8.820.000,00	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	1.086.736,41	12,32	1.086.736,41	100	-	-	5.441.231,34	61,69

FONTE: SIAFI 2011

O Interlegis é o primeiro grande programa de modernização e integração do Legislativo Brasileiro, em escala nacional e internacional. Concebido em 1997, pelo PRODASEN, vem sendo implementado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, objetivando apoiar o Poder Legislativo Brasileiro em suas esferas federal, estadual e municipal, aperfeiçoar a comunicação e o fluxo de informação entre os legisladores, aumentar a eficiência das Casas Legislativas e promover a maior participação dos cidadãos no processo, pela utilização de novas tecnologias de informação (internet, videoconferências, transmissão de dados).

Com o propósito de fortalecer e ampliar a abrangência do Programa Interlegis, que foi financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 1123/OC-BR (primeira etapa do Programa), foi firmado o Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, em dezembro de 2007, para o financiamento de 50% do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – INTERLEGIS II, no valor de US\$ 16,100,000,00, com a contrapartida nacional no mesmo valor, perfazendo o total do projeto US\$ 32,200,000,00 (trinta e dois milhões e duzentos mil dólares).

Na LOA/2011, foram consignados recursos no montante de R\$ 8.820.000,00, dos quais foram utilizados R\$ 1.086.736,41, com inscrição em restos a pagar não processados da ordem de R\$ 2.292.032,25.

A unidade administrativa responsável, Secretaria Especial do Programa Interlegis, informou o seguinte para justificar o baixo índice de execução financeira (12,32%) neste Projeto: *“uma vez que o contrato de empréstimo relativo ao programa Interlegis II estava previsto para ser encerrado em dezembro de 2011 e que não havia ainda sido implementado em sua totalidade, boa parte do esforço do ano de 2011 foi na negociação da prorrogação contratual por mais 2 anos do Projeto. Dessa forma, algumas ações a serem implementadas ficaram na dependência desta negociação, o que acabou por acarretar em uma execução abaixo do esperado. Foi informado, ainda, que o Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR foi prorrogado até 10/12/2013, com redução do valor total do Projeto para US\$ 22,200.000,00. O montante a cargo do BID foi alterado para US\$ 5,000.000,00 de dólares, com mesmo valor para a contrapartida nacional”*.

**Projeto: Construção de Túnel sob o Eixo Monumental**  
**Código: 01.122.0551.7126/0101**  
**Obra executada (% de execução física): 100**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL		
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)= C-D-E-G
3.500.000,00	-3.087.341,00	-88,21	412.659,00	11,79	-	-	-	-	-	-	-	412.659,00	100

FONTE: SIAFI 2011

Nesta Ação foram consignados recursos no montante de R\$ 3.500.000,00 destinados à construção de um túnel para pedestres sob o Eixo Monumental, para assegurar o acesso dos servidores e visitantes aos prédios do Senado Federal sem riscos de acidentes. No entanto, houve o remanejamento de R\$ 3.087.341,00 para a Ação 2004 e o restante dos recursos não foi utilizado, representando economia orçamentária de R\$ 412.659,00.

**Projeto: Construção de Prédio para Instalação de Unidades de Administração de Material e Patrimônio**  
**Código: 01.122.0551.7130/0101**  
**Edifício construído (% de execução física): 100**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL		
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS		
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)= C-D-E-G
8.000.000,00	-1.600.000,00	-20,00	6.400.000,00	80,00	3.308.750,00	51,70	-	-	-	-	-	3.091.250,00	48,30

FONTE: SIAFI 2011

Esta Ação não teve execução orçamentária até o final de setembro, em face de não ter havido decisão administrativa para a sua concretização, motivo pelo qual foi escolhida para ser objeto de contingenciamento de recursos para atender determinação do Ministério do Planejamento. Posteriormente, parte dos recursos bloqueados – liberados parcialmente pelo Ministério do Planejamento no segundo semestre de 2011, foram usados como fonte de cancelamento para prover aumento de dotação para outras Ações Orçamentárias.

**2.5.3 - PROGRAMA 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS EM PRIMEIRO DE SENTENÇAS JUDICIAIS**

**Operação Especial: Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais**  
**Código: 28.846.0901.0716/0001**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
							DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA				RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E			Valor (G)	% G/C
25.000,00	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	22.920,30	91,68	22.920,30	100	-	-	2.079,70	8,32

FONTE: SIAFI 2011

A operação especial em análise foi dotada de recursos orçamentários no valor de R\$ 25.000,00, objetivando garantir o pagamento da sentença judicial transitada em julgado, que condenou a União a reparar danos morais e patrimoniais em favor de Marysia Ferreira Medeiros e seus filhos Suzana Ferreira Medeiros e Bruno Ferreira Medeiros, conforme Processo nº 000546/02-0. A execução da despesa foi de R\$ 22.920,30, equivalente a 91,68% da dotação.

**2.5.4 - PROGRAMA 0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS SERVIÇO DA DíVIDA EXTERNA JUROS E ANUATIZACOES**

**Operação Especial: Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa**  
**Código: 28.844.0906.0284/0001**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
							DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA				RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E			Valor (G)	% G/C
4.038.800,00	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	1.303.568,63	54,18	1.303.568,63	100	-	-	1.102.536,37	45,82

FONTE: SIAFI 2011

A Ação em tela tem por finalidade a amortização e o pagamento de juros do empréstimo tomado pelo Senado Federal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com vistas ao financiamento do Programa Interlegis, para o qual a LOA/2011 consignou dotação de R\$ 4.038.800,00

A execução da despesa totalizou a cifra de R\$ 1.303.568,63, correspondente ao pagamento da amortização e juros da 14ª parcela do contrato de financiamento BID-1123/OC-BR, Processo nº PD 02397/04-8, bem como do pagamento da comissão do contrato BID - 1864/OC-BR, processo 9462/08-2.

**2.5.5 – PROGRAMA 0910 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.**

**Operação Especial: Contribuição à Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento  
Código: 28.212.0910.00D2/0001**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO						DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
							DESPESA LIQUIDADADA			DESPESA PAGA					RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C			Valor (H)= C-D-E-G	% H/C
4.000,00	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	1.374,00	34,35	1.374,00	100	-	-	2.626,00	65,65		

FONTE: SIAFI/2011

Conforme o Estatuto da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Associação é constituída pelos Secretários-Gerais dos Parlamentos das Repúblicas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Secretários-Gerais e Diretores Gerais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal da República Federativa do Brasil, e pelo Diretor do Secretariado do Parlamento de Timor-Leste. Visto que os membros dessa Associação reúnem-se obrigatoriamente uma vez por ano e sempre que entenderem seja útil, faz-se necessária a contribuição anual.

**Operação Especial: Contribuição ao Parlamento Latino-Americano**  
**Código: 28.212.0910.007F/0001**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO						DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
							DESPESA LIQUIDADADA			DESPESA PAGA					RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	
							Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C			Valor (E)	% E/C
50.000,00	-	-	50.000,00	100	-	-	36.100,00	72,2	36.100,00	100	-	-	-	13.900,00	27,8	

FONTE: SIAFI 2011

Pelo Decreto Legislativo nº 6, de 1988, combinado com o Decreto nº 97.212, também de 1988, foi instituída essa entidade, que visa promover, harmonizar e canalizar ações com vistas à integração latino-americana, atuando como fórum de debates e de troca de experiências sobre a atividade parlamentar, divulgando a legislação e realizando estudos de compatibilidade dos países membros.

A execução orçamentária nesta Ação refere-se ao pagamento da cota-parte que coube ao Senado Federal da anuidade devida ao Parlamento Latino-Americano, referente ao exercício de 2011. As atividades do Grupo, no tocante a diárias e passagens, foram custeadas pela Ação "Processo Legislativo".

**Operação Especial: Contribuição à União Interparlamentar**  
**Código: 28.212.0910.007G/0001**

R\$ 1,00

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO						DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
							DESPESA LIQUIDADADA			DESPESA PAGA					RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS	
							Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C			Valor (E)	% E/C
200.000,00	-	-	200.000,00	100	-	-	162.986,00	81,49	162.986,00	100	-	-	-	37.014,00	18,51	

FONTE: SIAFI 2011

Pela Resolução do Senado Federal nº 9, de 06 de junho de 1955, combinada com a Resolução da Câmara dos Deputados nº 28, de 22 de junho de 1955, foi instituída a entidade em apreço, que objetiva promover relações interparlamentares destinadas a garantir o aperfeiçoamento e o fortalecimento das instituições democráticas, fomentando iniciativas que busquem a paz e a cooperação entre os povos.

Da mesma forma que a Ação anterior, a execução refere-se ao pagamento da cota-parte que coube ao Senado Federal, da anuidade devida à União Interparlamentar, referente ao exercício de 2011. As atividades do Grupo, principalmente no tocante a diárias e passagens, foram custeadas pela Ação "Processo Legislativo".

**Operação Especial: Contribuição à Associação Interparlamentar de Turismo**  
**Código: 28.212.0910.0166/0001**

DOTAÇÃO INICIAL (A)	ALTERAÇÕES		DOTAÇÃO ATUALIZADA		CRÉDITO INDISPONÍVEL		EXECUÇÃO				DOTAÇÃO DISPONÍVEL			
	Valor (B)	% B/A	Valor (C)	% C/A	Valor (D)	% D/C	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA PAGA		RP INSCRITOS NÃO PROCESSADOS			
							Valor (E)	% E/C	Valor (F)	% F/E	Valor (G)	% G/C	Valor (H)= C-D-E-G	% H/C
7.500,00	-	-	7.500,00	100	-	-	5.539,20	73,86	5.539,20	100	-	-	1.960,80	26,14

R\$ 1,00

FONTE: SIAFI 2011

Publicada no DCN, Seção II, de 29 de agosto de 1956, a Resolução do Senado Federal nº 26, de 1956, de iniciativa do Exmo. Sr. Senador Rui Palmeira, reconhece como serviço de cooperação interparlamentar o Grupo Brasileiro filiado à Associação Interparlamentar de Turismo – AIDT. Ao Grupo cabe patrocinar ações que busquem implementar o desenvolvimento da indústria do turismo, segundo regras que regulam a atividade em outros países, criando, ainda, condições favoráveis para a troca de experiências além das fronteiras.

Da dotação alocada na Ação em referência, da ordem de R\$ 7.500,00, houve uma execução de R\$ 5.539,20, referente ao pagamento de cota contributiva.

### SE ATENDIMENTO AOUTREM DO ANISON Nº 12241 GRU. MIN. JUD. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO

"análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, no âmbito do Senado Federal, com destaque para os principais aspectos da composição dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como para a Demonstração das Variações Patrimoniais, destacando a arrecadação de receitas prevista e realizada, assim como a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos (inciso VI do art. 50 da LRF), e para a Composição das Disponibilidades Financeiras."

### 3.4 - BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As situações orçamentária, econômico-financeira e patrimonial do Órgão estão demonstradas nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como na Demonstração das Variações Patrimoniais, elaborados de acordo com a Lei 4.320/64 e com as disposições do Órgão Central de Contabilidade da União, tendo como fonte dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Referidas demonstrações contábeis refletem a utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a favor do Órgão 02000 – Senado Federal, consolidando as Unidades Gestoras 020001 – Senado Federal e 020054 - Fundo Especial do Senado Federal.

A seguir, a apresentação de tais demonstrativos, de forma sintética, os quais se encontram integralmente nos Anexos, incluindo a Demonstração das Disponibilidades Financeiras.

TÍTULOS	RECEITA			EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	REALIZAÇÃO	TÍTULOS	DESPESA			ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	
Receitas Correntes	10.157.280,00	10.157.280,00		2.237.492,66	7.919.787,34	Créditos Iniciais/Suplementares	3.345.242.301,00	3.345.609.606,00	3.267.106.203,26	76.503.402,74
Receitas de Capital	3.570.000,00	3.570.000,00	0,00	3.570.000,00		Despesas Correntes	3.285.449.770,00	3.300.837.269,00	3.244.933.701,78	55.903.567,22
						Despesas de Capital	59.792.531,00	42.772.337,00	22.172.501,48	20.599.835,92
						Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
						Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
						Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal I	13.727.280,00	13.727.280,00	7.919.787,34	5.807.492,66		Subtotal I	3.345.242.301,00	3.345.609.606,00	3.267.106.203,26	76.503.402,74
Deficit Total			3.259.186.415,92	-3.259.186.415,92		Superávit Total				
TOTAL GERAL	13.727.280,00	13.727.280,00	3.267.106.203,26	-3.253.378.923,26		TOTAL GERAL	3.345.242.301,00	3.345.609.606,00	3.267.106.203,26	76.503.402,74

Fonte: SIAFI

**Quadro 3 - Balanço Orçamentário Consolidado do Senado Federal (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)**

O orçamento inicial do Órgão 02000 – Senado Federal, no valor de R\$ 3.345.242.301,00, após as alterações ocorridas no exercício financeiro de 2011, decorrentes de suplementações e cancelamentos de dotações, atingiu o montante de R\$ 3.343.609.606,00, conforme demonstrado na coluna Dotação Atualizada.

As receitas provêm da arrecadação direta do Fundo Especial do Senado Federal, sendo atingido o total de R\$ 7.919.787,34.

A despesa orçamentária é apresentada por tipo de crédito e categoria econômica, tendo sido executada no montante de R\$ 3.267.106.203,26, incluindo os Restos a Pagar Não Processados da ordem de R\$ 60.743.332,40, resultando uma economia de R\$ 76.503.402,74.

### 3.2- BALANÇO FINANCEIRO.

O Balanço Financeiro Consolidado do Senado Federal demonstra os fluxos de ingressos e dispêndios orçamentários e extra-orçamentários, bem como as disponibilidades de caixa provenientes do ano anterior e os saldos transferidos para o exercício subsequente, conforme demandado pela Lei Geral de Finanças Públicas.

Referido Demonstrativo, sintetizado no Quadro 4, encontra-se apresentado integralmente nas páginas 51 e 52.

		2011		2010		2011		2010	
		Em R\$ 1,00		Em R\$ 1,00		Em R\$ 1,00		Em R\$ 1,00	
<b>INGRESSOS</b>									
<b>1 ORÇAMENTÁRIOS</b>		3.299.002.269,80	3.325.919.559,08	<b>5 ORÇAMENTÁRIOS</b>		3.299.089.814,00	3.321.819.873,37		
Receitas Correntes		7.919.787,34	6.809.029,32	Despesas Correntes		3.244.933.701,78	2.984.371.888,04		
Receitas de Capital		0,00	0,00	Despesas de Capital		22.172.501,48	30.149.622,32		
Transferências Recebidas		3.291.082.482,46	3.319.110.529,76	Transferências Concedidas		31.983.610,74	307.298.363,01		
<b>2 EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>		624.560.069,85	951.933.484,07	<b>6 EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>		624.452.446,18	955.953.685,12		
Transferências Recebidas		12.553.075,71	230.986.165,51	Transferências Concedidas		12.516.422,78	227.391.110,36		
Ingressos		612.006.994,14	720.947.318,56	Dispêndios		611.936.023,40	728.562.574,76		
<b>3 DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANTERIOR</b>		1.455.848,34	1.376.363,68	<b>7 DISPONIBILIDADE PARA O PERÍODO SEGUINTE</b>		1.475.927,81	1.455.848,34		
Aplicações Financeiras		0,00	0,00	Aplicações Financeiras		0,00	0,00		
Outras Disponibilidades		1.455.848,34	1.376.363,68	Outras Disponibilidades		1.475.927,81	1.455.848,34		
<b>4 TOTAL (1+2+3)</b>		<b>3.925.018.187,99</b>	<b>4.279.229.406,83</b>	<b>8 TOTAL (5+6+7)</b>		<b>3.925.018.187,99</b>	<b>4.279.229.406,83</b>		

Fonte: SIAFI

**Quadro 4 - Balanço Financeiro Consolidado do Senado Federal (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)**

Os ingressos orçamentários compreendem as receitas arrecadadas pelo Fundo Especial do Senado Federal, conforme comentário do Balanço Orçamentário; as transferências de recursos da Secretaria do Tesouro Nacional à setorial financeira do Senado, classificados a título de “Cota Recebida”, bem como os recursos diferidos apurados em 2010 no Órgão, com base na disponibilidade financeira, considerados como antecipação de cota no exercício analisado.

Nos ingressos extra-orçamentários estão compreendidos os direitos transferidos do exercício anterior para recebimento no exercício analisado, bem como as obrigações do referido exercício a serem pagas no exercício seguinte, destacando-se pela relevância, dentre os saldos dos direitos, os Recursos Especiais a Receber; os Valores Diferidos, que compreendem os saldos financeiros disponíveis ao final do exercício e que se constituirão em antecipação de cota em 2012. Dentre as obrigações destaca-se os Restos a Pagar não Processados a Liquidar.

Nos dispêndios orçamentários estão registradas as despesas orçamentárias, as quais já foram comentadas no Balanço Orçamentário. Constatam, também os saldos financeiros disponíveis ao final do exercício analisado, registrados a título de Valores Diferidos.

Os dispêndios extra-orçamentários correspondem aos saldos dos direitos no exercício analisado para recebimento no exercício seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no exercício em análise, registrados nos subgrupos Valores em Circulação, Valores Pendentes a Curto Prazo, Depósitos, Obrigações em Circulação e Ajustes de Direitos e Obrigações.

### **3.3 - BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial, inserido na página 54, evidencia o Ativo Financeiro e o Ativo Não-Financeiro, o Passivo Financeiro e o Passivo Não-Financeiro, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação, sintetizando os bens, os valores, os créditos e as obrigações, conforme apresentado no Quadro 5.

	Em R\$			
	2011	2010	2011	2010
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>	
1 ATIVO FINANCEIRO	369.807.091,73	481.482.163,48	6 PASSIVO FINANCEIRO	115.534.675,62
2 ATIVO NÃO FINANCEIRO	568.939.299,96	541.884.999,39	7 PASSIVO NÃO FINANCEIRO	-45.950.095,16
3 ATIVO REAL (1+2)	938.746.391,69	1.023.367.162,87	8 PASSIVO REAL (6+7)	48.517.944,82
			9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (3-8)	830.078.663,60
4 ATIVO COMPENSADO	810.650.027,34	574.711.224,92	10 PASSIVO COMPENSADO	810.650.027,34
5 TOTAL ATIVO (3+4)	1.749.396.419,03	1.598.078.387,79	11 TOTAL PASSIVO (8+9+10)	1.749.396.419,03

Fonte: SIAFI.

**Quadro 5 - Balanço Patrimonial Consolidado do Senado Federal (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)**

O Ativo Financeiro compreende o Disponível e os Créditos em Circulação, que independem de autorização orçamentária para serem realizados. Compõem os Créditos em Liquidação os valores a título de “Créditos a Receber”, “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento” e “Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar”.

O Disponível, em 31/12/2011, totalizava R\$ 1.475.927,81, compreendendo os depósitos de recursos vinculados às cauções em dinheiro para garantia dos contratos administrativos. Os Créditos em Circulação concentram a maior parte dos recursos financeiros, cujos saldos acumulam o montante de R\$ 368.331.163,92, destacando-se pela relevância o saldo da conta Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento.

O Passivo Financeiro, no total de R\$ 115.554.675,62, compreende os compromissos exigíveis, cujos pagamentos independem de autorização orçamentária, referentes aos depósitos de terceiros, depósitos em cauções e aos restos a pagar processados e não processados, bem como os recursos diferidos, que a partir do encerramento do exercício de 2007 passaram a integrar esse grupo de contas, segundo metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Ao final do exercício sob análise, o superávit financeiro apurado foi da ordem de R\$ 254.252.416,11, resultante do cotejo entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

O Ativo Não-Financeiro, no valor de R\$ 568.939.299,96, compreende os Bens e Direitos cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa, classificados no Realizável a Curto Prazo, no Realizável a Longo Prazo e no Permanente.

No Passivo Não-Financeiro, no valor de R\$ 67.036.730,80, classificam-se as obrigações que dependem de autorização orçamentária para sua liquidação ou pagamento. A partir do encerramento do exercício de 2007, passaram a integrar esse grupo a Retificação de Restos a Pagar Não Processados, conforme nota explicativa constante do tópico V.d do Relatório daquele exercício financeiro.

O Patrimônio Líquido positivo, no valor de R\$ 890.228.446,87 é apurado pelo cotejo entre o Ativo Real e o Passivo Real.

#### **3.4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS.**

A Demonstração das Variações Patrimoniais, inserida nas páginas 55 e 56, evidencia a natureza orçamentária e extra-orçamentária das movimentações de 2011 que contribuíram para o resultado patrimonial, de acordo com o art. 104 da Lei 4.320/1964. O Quadro 6 sintetiza a estrutura desse demonstrativo.

As variações ativas de natureza orçamentária, bem como as extra-orçamentárias, superiores às variações passivas, resultaram num superávit patrimonial no valor de R\$ 60.149.783,27.

Em R\$ 1,00

VARIACÕES ATIVAS	2011	2010	VARIACÕES PASSIVAS	2011	2010
<b>1 ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.382.578.166,86</b>	<b>3.493.663.899,78</b>	<b>6 ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.303.999.860,43</b>	<b>3.396.287.461,97</b>
Receitas Orçamentárias	7.919.787,34	6.809.029,32	Despesas Orçamentárias	3.267.106.203,26	3.014.521.510,36
Interferências Ativas	3.291.082.482,46	3.319.110.529,76	Interferências Passivas	31.983.610,74	307.298.363,01
Mutações Ativas	83.575.897,06	167.744.340,70	Mutações Passivas	4.910.046,43	74.467.588,60
<b>2 EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>301.790.839,28</b>	<b>1.217.632.515,76</b>	<b>7 EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>320.219.362,44</b>	<b>1.232.948.265,80</b>
Receitas Extra-Orçamentárias	7.038.250,92	2.530.554,60			
Interferências Ativas	61.929.060,43	904.669.338,63	Interferências Passivas	45.950.748,60	901.074.283,48
Acréscimos Patrimoniais	232.823.527,93	310.432.622,53	Descréditos Patrimoniais	274.268.613,84	331.873.982,32
<b>3 SOMA DAS VARIACÕES ATIVAS (1+2)</b>	<b>3.684.369.006,14</b>	<b>4.711.296.415,54</b>	<b>8 SOMA DAS VARIACÕES PASSIVAS (6+7)</b>	<b>3.624.219.222,87</b>	<b>4.629.235.727,77</b>
<b>4 DÉFICIT</b>			<b>9 SUPERÁVIT</b>	<b>60.149.783,27</b>	<b>82.060.687,77</b>
<b>5 TOTAL GERAL (3+4)</b>	<b>3.684.369.006,14</b>	<b>4.711.296.415,54</b>	<b>10 TOTAL GERAL (8+9)</b>	<b>3.684.369.006,14</b>	<b>4.711.296.415,54</b>

Fonte: SIAFI.

### Quadro 6 - Demonstração Consolidada das Variações Patrimoniais (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social)

Os recursos provenientes da alienação de ativos (inciso VI do art. 50 da LRF) constam no Quadro 7.

Em R\$ 1,00

EXERCÍCIO	VALOR
2000	185.422,00
2001	205.134,61
2002	0,00
2003	1.233.806,06
2004	698.479,77
2005	0,00
2006	957.085,59
2007	18,21*
2008	284.116,00
2009	807.560,00
2010	0,00
2011	0,00
<b>SOMA</b>	<b>4.371.622,24</b>

Fonte: SIAFI.

\*O valor foi equivocadamente registrado, pelo depositante da quantia, como receita de alienação de bens.

### Quadro 7 - Receitas com Alienação de Bens Arrecadadas no Fundo Especial do Senado Federal

Cabe registrar que os recursos arrecadados, no período de 2000 a 2011, a título de receitas orçamentárias, decorrentes da alienação de bens, não foram utilizados pelo Senado Federal no período. Referidos valores, em 31/12/2011, no montante de R\$ 4.371.622,24, compunham as disponibilidades financeiras do Fundo Especial do Senado Federal.

**41 - AMENDAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 1172/2011, DO SENADOR NIVALDO TRIBUNAL DE CONTA DO DISTRITO FEDERAL**

"notas explicativas que indiquem os principais critérios contábeis adotados no exercício e explicações para eventuais variações patrimoniais relevantes, em complementação às demonstrações contábeis, com destaque para a análise consubstanciada das restrições apuradas nas conformidades contábeis de Órgão Superior junto ao Sistema Siafi, a que departamento ou setor a contabilidade do órgão está subordinada"

As demonstrações foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal.

A partir de 2010 o Órgão passou a registrar a depreciação dos bens adquiridos/incorporados naquele exercício. Nos valores contabilizados em 2011 foram incluídos também os bens incorporados nesse exercício, provocando um impacto negativo no Patrimônio na ordem de R\$ 2.621.583,50. Outra alteração consistiu no registro da provisão para décimo terceiro e 1/3 de férias.

O cálculo da depreciação se restringiu aos bens adquiridos em 2010 e 2011, não necessitando serem os mesmos submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável.

Quanto aos bens incorporados em exercícios anteriores, não foi possível realizar o ajuste de seus valores, em virtude de o sistema patrimonial existente não ser adequado para esse fim. Com vistas ao atendimento da NBCT 16.9, estão sendo adotadas providências para aquisição de um novo sistema patrimonial.

No decorrer do exercício sob enfoque não houve eventos que tenham modificado substancialmente a situação financeira ou patrimonial deste Órgão.

**42 - INDICADORES GERAIS DOS BILANÇOS DO SENADO FEDERAL**

A seguir, são apresentados os indicadores que foram julgados adequados e importantes, bem como a sua análise e interpretação do índice apurado.

**4.1.1 - INDICADORES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULOS	ÍNDICE APURADO	ANÁLISE DO INDICADOR
Índice de Execução da Receita	$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista Atualizada}}$	$\frac{7.919.787,34}{13.727.280,00}$	0,58	O resultado apurado neste indicador demonstra que a previsão de recebimento das receitas próprias do Órgão foram realizadas na proporção de R\$ 0,58 para cada R\$ 1,00 previsto.
Índice de Execução da Despesa	$\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada Atualizada}}$	$\frac{3.267.106.203,26}{3.343.609.606,00}$	0,98	Este índice permite constatar que houve R\$ 0,98 de despesa orçamentária executada para cada R\$ 1,00 de despesa orçamentária fixada, sendo a diferença considerada economia orçamentária do Órgão.

**4.1.2 - INDICADORES DO BALANÇO FINANCEIRO**

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULOS	ÍNDICE APURADO	ANÁLISE DO INDICADOR
Índice Financeiro da Execução Orçamentária	$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$	$\frac{3.299.002.269,80}{3.299.089.814,00}$	1,00	Este resultado demonstra o equilíbrio na execução orçamentária, ocorrendo um diminuto déficit financeiro nessa modalidade de execução.
Índice Financeiro da Execução Extraorçamentária	$\frac{\text{Ingressos Extraorçamentários}}{\text{Despesas Extraorçamentárias}}$	$\frac{624.560.069,85}{624.452.446,18}$	1,00	Este resultado demonstra o equilíbrio na execução extraorçamentária, ocorrendo um diminuto superávit financeiro nessa modalidade de execução.

**413- INDICADORES DO BALANÇO PATRIMONIAL**

NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULOS	ÍNDICE APURADO	ANÁLISE DO INDICADOR
Índice da Situação Financeira	Ativo Financeiro Passivo Financeiro	369.807.091,73 115.554.675,62	3,20	Este resultado demonstra uma superioridade de recursos financeiros (disponibilidades) e de direitos realizáveis, em relação às obrigações de curto prazo. Evidencia um superávit financeiro no balanço patrimonial.
Índice do Resultado Patrimonial	$\frac{\text{Soma do Ativo Real}}{\text{Soma do Passivo Real}}$	$\frac{938.746.391,69}{48.517.944,82}$	19,35	Este resultado demonstra que a soma do ativo real é superior à soma do passivo real, isto é, que a soma dos bens, direitos e valores realizáveis são superiores à soma dos compromissos exigíveis e que, portanto, há um resultado patrimonial positivo, representado pelo ativo real líquido. Do passivo real deduziu-se, por meio de conta retificadora, os registros das obrigações provenientes da inscrição de restos a pagar não processados (dependente do estágio da liquidação), os quais foram considerados como despesa orçamentária em função do disposto no artigo 35 da Lei nº 4.320, de 17/3/64.

**414- INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

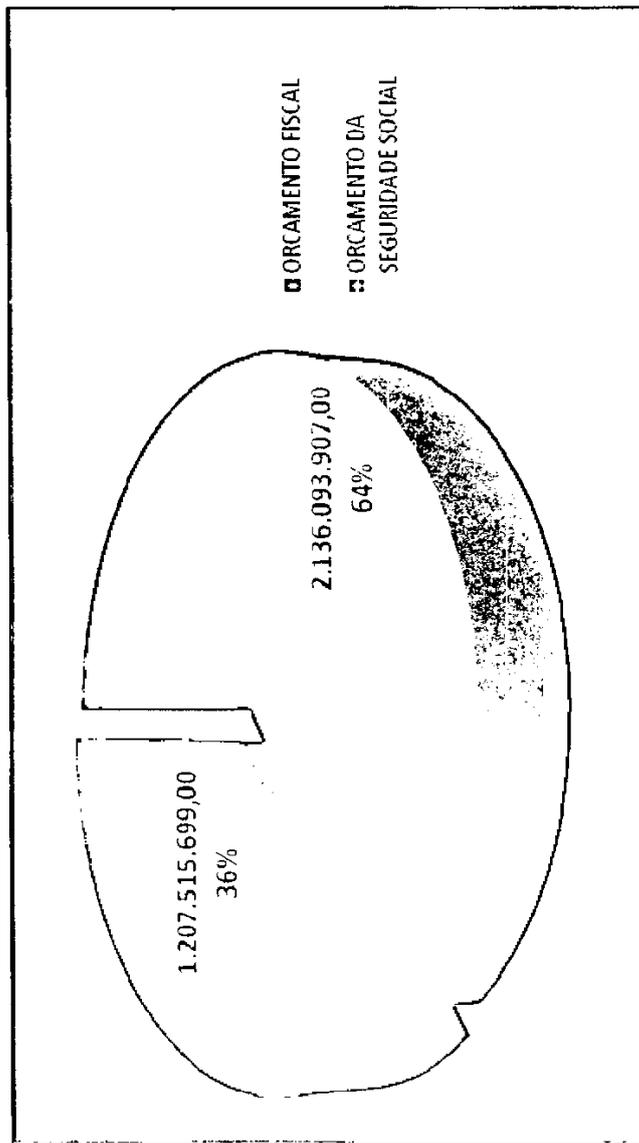
NOME DO INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULOS	ÍNDICE APURADO	ANÁLISE DO INDICADOR
Índice do Resultado das Variações Orçamentárias	Variações Ativas Orçamentárias Variações Passivas Orçamentárias	$\frac{3.382.578.166,86}{3.303.999.860,43}$	1,02	Este resultado demonstra que a variação patrimonial ativa dependente da execução orçamentária é maior que a variação patrimonial passiva dependente da execução orçamentária, ou seja, que as incorporações de bens, créditos e valores e as baixas de dívidas são superiores às baixas de bens, créditos e valores e incorporações de dívidas. Reflete, portanto, um superávit patrimonial.
Índice do Resultado das Mutações Patrimoniais	Mutações Patrimoniais Ativas Mutações Patrimoniais Passivas	$\frac{83.575.897,06}{4.910.046,43}$	17,02	Este resultado demonstra que as mutações patrimoniais ativas (incorporações de bens e desincorporação superiores às mutações passivas (desincorporação de bens e amortização de financiamentos concedidos)).
Índice do Resultado das Variações Extraorçamentárias	Variações Ativas Extraorçamentárias Variações Passivas Extraorçamentárias	$\frac{301.790.839,28}{320.219.362,44}$	0,94	Este resultado demonstra que a variação patrimonial ativa foi menor do que a variação patrimonial passiva (ambas independentes da execução orçamentária). Isto significa que as incorporações de bens, créditos e valores e baixas de dívidas, correspondentes aos acréscimos patrimoniais, são inferiores às baixas de bens, créditos e valores e incorporações de dívidas, compreendidas nos decréscimos patrimoniais.
Índice do Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Ativas Total das Variações Passivas	$\frac{3.684.369.006,14}{3.624.219.222,87}$	1,01	Este resultado demonstra que as alterações patrimoniais ocorridas no ano apresentaram um saldo positivo, representado pelo superávit patrimonial de R\$ 60.149.783,27.

**5 - COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES - ATENDIMENTO AO ITEM 13º DO AVISO Nº 172/11 - Cdb, Vlt, Jnl, DO, ICU**

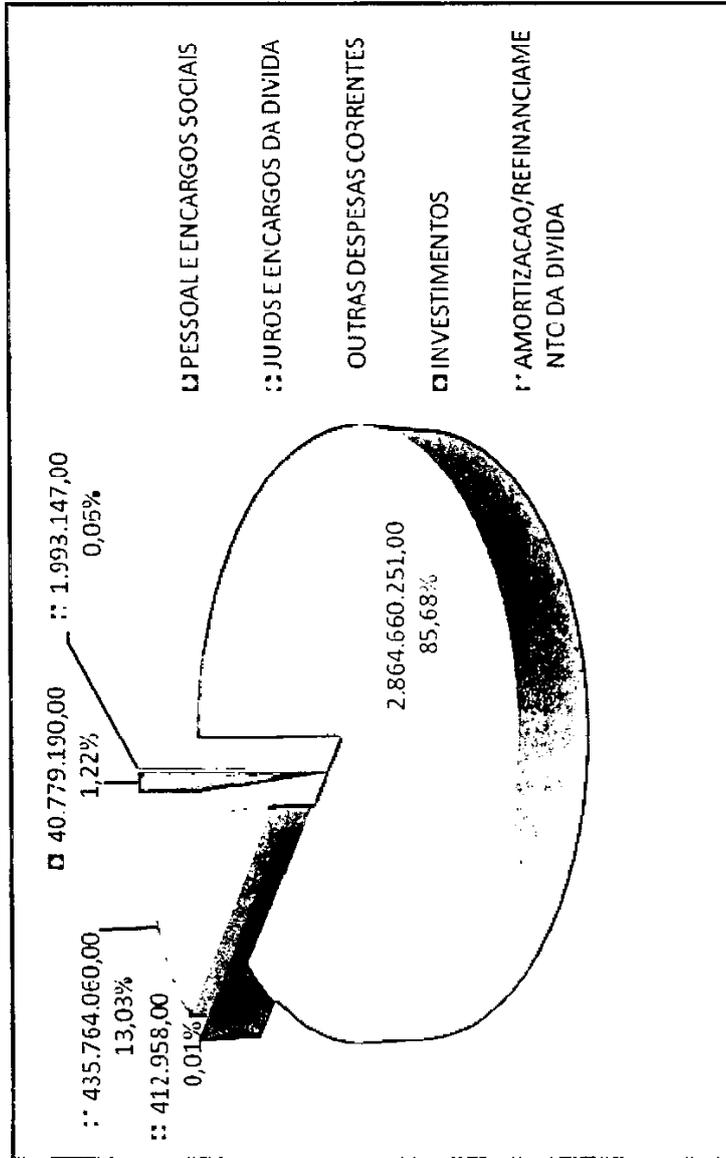
“outras informações julgadas pertinentes e necessárias para a análise das Contas do Governo do exercício de 2011”

Apresentamos, a seguir, análises e outros dados globais do Orçamento do Senado Federal, que também podem ser úteis na análise pretendida neste item:

**Composição do Orçamento do Senado Federal (Dotação) – Fiscal e Seguridade**



**Divisão do Orçamento do Senado Federal (Dotação), por Grupos de Despesa**



## Movimentação dos créditos autorizados em 2011, consolidado (Órgão)

Em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Crédito indisponível (Bloqueio de Crédito)	3.308.750,00
2 - Crédito Pré-empenhado	0,00
3 - Despesa Liquidada + inscrição em Restos a Pagar não Processados	3.267.106.203,26
4 - Economia Orçamentária	73.194.652,74
<b>4 - TOTAL (=1+2+3+4)</b>	<b>3.343.609.606,00</b>

Fonte: SIAFI

## Síntese da execução orçamentária do Senado Federal em 2011, consolidado (Órgão)

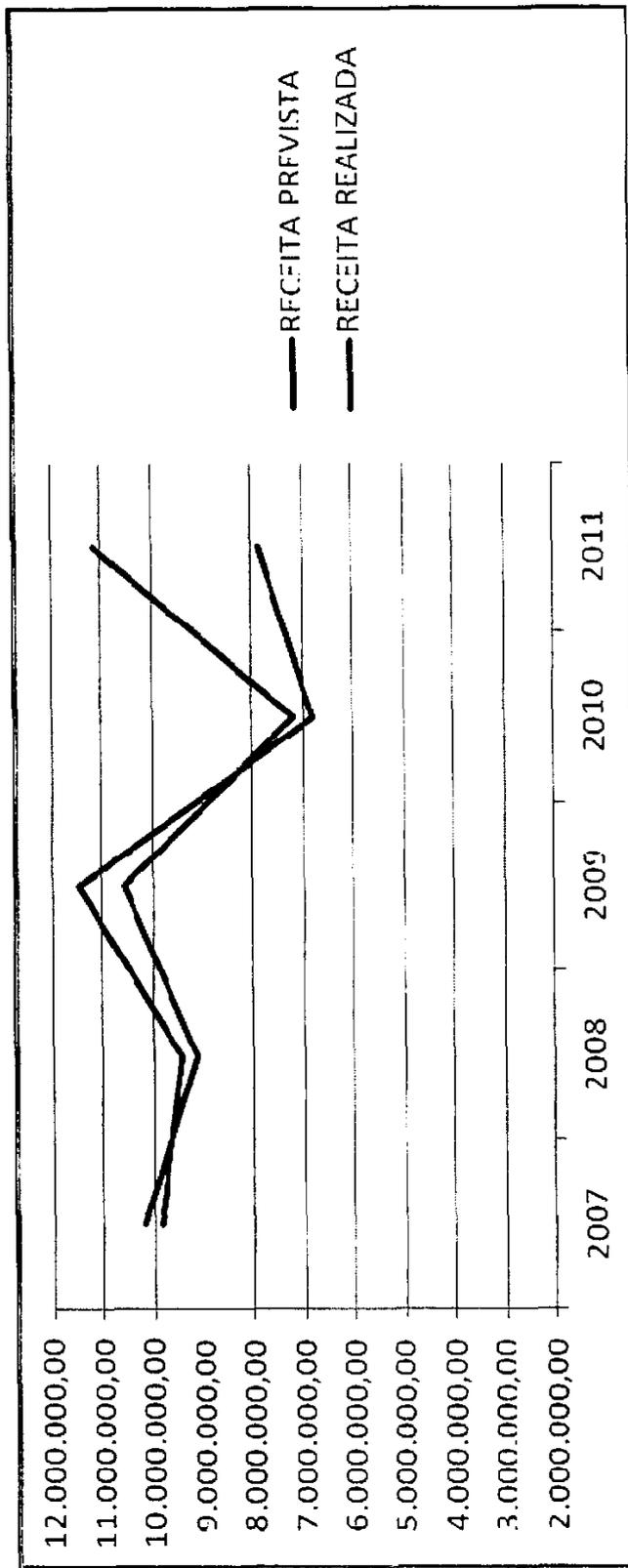
Em R\$	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - Dotação inicial	3.345.242.301,00
2 - Alterações Orçamentárias*	-1.632.695,00
3 - Dotação Autorizada (1+2)	3.343.609.606,00
4 - Crédito indisponível	3.308.750,00
5 - Despesa Realizada	3.267.106.203,26
<b>6 - Economia Orçamentária</b>	<b>73.194.652,74</b>

Fonte: SIAFI

FUNDOS ESPECIAIS DO SENADO FEDERAL – RECEITA PREVISTA E REALIZADA 2007-2011

EXERCÍCIOS FINANCEIROS														
2007			2008			2009			2010			2011		
RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	%	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	%	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	%	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	%	RECEITA PREVISTA	RECEITA REALIZADA	%
10.167.243,00	9.842.176,98	96,80	9.124.475,00	9.428.905,15	103,34	10.558.172,00	11.451.470,10	108,46	7.178.782,00	6.809.029,32	94,8	11.157.280,00	7.871.789,34	70,55

OBS: A previsão da receita em de 2011 foi registrada integralmente na Unidade Orçamentária 02101-Senado Federal. O valor de R\$ 11.157.280,00 contempla apenas as fontes 0150 e 0182.



**6- CONGRESSO**

No exercício de 2011, o esforço desta Presidência permaneceu voltado para a implementação de medidas necessárias à continuidade do processo iniciado nos exercícios antecedentes com vistas ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos em vigor, buscando não somente melhorar a qualidade do gasto dos recursos públicos destinados a esta Casa, mas também investindo na capacitação de seus servidores, a fim de que a atuação do Senado Federal esteja em consonância com os anseios dos cidadãos.

Com esse intuito a Comissão Diretora, por meio do Ato nº 01, de 2011, aprovou o Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal – PRORESULTADOS-SF.

O mapeamento das atribuições e processos desenvolvidos envolveu todas as unidades administrativas e legislativas do Senado. Tal análise permitiu que a alta Administração identificasse de forma sistêmica e integrada a existência de omissões, sobreposições e necessidades relativas aos recursos humanos, financeiros, físicos e materiais, com vistas à criação de uma cultura voltada para a especificação clara de resultados a serem atingidos e definição de estrutura adequada para tal. Possibilitou ainda, a criação de uma política de capacitação dos recursos humanos, alinhada aos objetivos do programa e da instituição.

Outro passo importante foi a aprovação da Agenda Estratégica do Senado Federal, que culminou com a criação do Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2011. Em síntese, o Sistema cria o Programa de Governança, que é o conjunto de projetos estratégicos, e o Escritório Corporativo de Governança, equipe técnica que tem como objetivo subsidiar a alta Administração do Senado quanto às melhores práticas de gestão pública, com a participação dos diversos setores da Casa.

No mesmo sentido de melhorias e modernizações, o Senado Federal instituiu seu Conselho Pedagógico, presidido pela Diretora-Geral e integrado por representantes das principais Secretarias da Casa. Esse Conselho é o órgão consultivo da Comissão Diretora para fins de formulação, monitoramento e avaliação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado. Estabelecida pelo Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2011, a Política de Capacitação é o instrumento que norteia o processo educacional permanente dos servidores do Senado Federal, de forma a assegurar sua capacitação constante e garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira.

No que tange ao trabalho legislativo, a iniciativa é atribuída aos Senadores e às Comissões Parlamentares. De forma diversa, muitas são as proposições recebidas da Câmara dos Deputados, após a sua apreciação, incluindo os projetos de lei de iniciativa de autoridades externas ao Poder Legislativo. Conforme mencionado no início do Relatório, esta Casa Legislativa apreciou 2.192 proposições diversas e deste total foram aprovadas 867, destacando-se as seguintes:

- Lei de assistência terapêutica e incorporação de tecnologia de saúde ao SUS: nova regulamentação de fornecimento de medicamentos, reduzindo o número de demandas judiciais para respeito ao direito à saúde;
- Lei de atendimento universitário aos povos indígenas: incentiva ensino, pesquisa e programas especiais de atendimento à população indígena em universidades públicas e privadas;
- Lei que garante aos idosos a prioridade na aquisição de unidades residenciais térreas;
- criação dos Programas Atleta-Pódio e Cidade Esportiva que dá apoio aos atletas olímpicos e para-olímpicos de alto rendimento e incentivo a iniciativas públicas locais de prática desportiva;
- Projeto de Lei Complementar que regulamenta a Emenda 29: regulamenta a Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;
- Projeto de Lei que promove ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao *bullying*;
- Projeto de Lei de auxílio ao produtor agrícola familiar, vítima de calamidade pública que promove o restabelecimento da atividade agrícola do produtor familiar através de recursos do FUNCAP (Fundo Especial de Calamidades Públicas);
- Código Florestal: regulamenta a proteção da vegetação nativa; define a produção agrícola em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal; incentiva o reflorestamento; oferece tratamento diferenciado à agricultura familiar;
- Projeto de Lei que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa;
- Lei do Cadastro Positivo que incentiva a atividade econômica, pois é uma fonte de comprovação do histórico de adimplimento de pessoas físicas e jurídicas; aumenta segurança das operações de crédito e de consumo, facilita o acesso ao crédito e incentiva a redução de taxas de financiamento;

- Lei do Supersimples: simplifica o processo de abertura, registro, alteração e baixa do Microempreendedor Individual, estimula o empreendedorismo individual e o desenvolvimento de atividades econômicas estabelecendo alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual;
- Projeto de Lei do Senado sobre *Royalties*. Dispõe sobre *royalties* e participação especial devidos em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental.

**JOSÉ SARNEY**

Presidente do Senado Federal

**RELATÓRIO ANUAL  
DAS CONTAS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

**EXERCÍCIO 2011**

**-ANEXOS-**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO			
		[22000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR)]		EMISSÃO 01/02/2012		PÁGINA 1			
ORGÃO SUPERIOR									
		RECEITA		DESPESA					
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE APROVAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	10.157.280,00	10.157.280,00	7.919.787,34	2.237.492,66	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	3.343.509.606,00	3.343.509.606,00	3.267.106.203,26	76.503.402,74
RECEITAS PATRIMONIAIS	1.170.256,00	1.170.256,00	1.025.298,52	144.957,08	DESPESAS CORRENTES	3.285.449.770,00	3.300.837.269,00	3.244.933.701,78	55.903.567,22
RECEITAS INDUSTRIAIS	5.767.100,00	5.767.100,00	4.574.985,28	1.192.114,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.834.051.251,00	2.864.660.251,00	2.827.547.305,75	37.112.945,25
RECEITAS DE SERVIÇOS	716.787,00	716.787,00	150.144,53	556.642,47	JUROS/ENCARGOS DA DÍVIDA	1.462.800,00	412.958,00	306.995,17	105.962,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	2.503.137,00	2.503.137,00	2.159.358,61	343.778,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	449.935.719,00	435.764.060,00	417.079.400,86	18.694.659,14
RECEITAS DE CAPITAL	3.570.000,00	3.570.000,00	0,00	3.570.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	59.792.531,00	42.772.337,00	22.172.501,46	20.599.835,52
OPERAÇÕES DE CREDITO	2.570.000,00	2.570.000,00	0,00	2.570.000,00	INVESTIMENTOS	57.216.531,00	40.779.190,00	21.175.928,02	19.603.261,98
OPERAÇÕES DE BENS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.576.000,00	1.993.147,00	996.573,46	996.573,54
SUBTOTAL I	13.727.280,00	13.727.280,00	7.919.787,34	5.807.492,66	SUBTOTAL I	3.343.509.606,00	3.343.509.606,00	3.267.106.203,26	76.503.402,74
TOTAL	13.727.280,00	13.727.280,00	7.919.787,34	5.807.492,66	TOTAL	3.343.509.606,00	3.343.509.606,00	3.267.106.203,26	76.503.402,74
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	3.259.186.415,92	-3.259.186.415,92	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	13.727.280,00	13.727.280,00	3.267.106.203,26	-3.253.378.923,26	TOTAL GERAL	3.343.509.606,00	3.343.509.606,00	3.267.106.203,26	76.503.402,74

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL



TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EERCICIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		02000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR)		31/01/2012		PAGINA 1	
ORGAO SUPERIOR							
				DISPENDIOS			
INGRESSOS		TÍTULOS		2010		2011	
TÍTULOS		2011		2010		2011	
RECEITAS CORRENTES	8.004.062,74	10.726.738,47	DESPESAS CORRENTES	3.244.933.701,78	2.984.371.888,04		
RECEITA PATRIMONIAL	916.691,61	1.027.901,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.554.352.686,49	2.302.670.047,29		
RECEITA INDUSTRIAL	715.936,52	940.755,85	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	306.995,17	924.237,77		
RECEITA DE SERVIÇOS	160.144,53	344.895,10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	413.451.212,19	435.650.720,14		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.199.515,04	4.200.106,91	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.365.999,20	711.746,71		
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	4.011.775,04	4.213.079,61	OUTRAS DESPESAS	412.065.212,99	434.938.973,43		
RECEITA PATRIMONIAL	152.726,28	173.918,45	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	276.822.807,93	245.126.882,84		
RECEITA INDUSTRIAL	3.859.048,76	4.039.161,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	273.194.619,26	241.161.680,21		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-84.275,40	-3.917.709,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.628.188,67	3.965.202,63		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	3.303.635.558,17	3.550.096.695,27	DESPESAS DE CAPITAL	22.173.501,48	30.149.622,32		
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS	3.291.082.482,46	3.319.110.529,76	INVESTIMENTOS	21.175.928,02	28.091.060,41		
COTA RECEBIDA	3.193.476.931,66	3.078.559.433,67	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	996.573,46	7.058.561,91		
REPASSE RECEBIDO	7.871.274,34	0,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	44.500.033,52	534.689.473,37		
SUB-REPASSE RECEBIDO	0,00	202.539.805,18	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	31.983.610,74	307.296.363,01		
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	0,00	202.539.805,18	REPASSE CONCEDIDO	7.871.274,34	0,00		
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	89.734.276,44	38.011.290,91	SUB-REPASSE CONCEDIDO	0,00	202.539.805,18		
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	12.553.075,71	230.986.165,51	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	0,00	202.539.805,18		
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	12.553.075,71	230.986.165,51	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	14.308.885,09		
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	612.006.994,14	720.947.318,56	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	24.112.336,40	90.449.672,74		
VALORES EM CIRCULACAO	480.026.315,14	341.243.777,43	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	12.516.422,78	227.391.110,36		
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	24.112.336,40	341.243.777,43	DISPENDIOS DIVERSAS CONCEDIDAS	12.516.422,78	227.391.110,36		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	22.513.589,72	104.758.557,83	DISPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	611.936.023,40	728.562.574,76		
VALORES DIFERIDOS	84.860.209,38	15.937.631,58	VALORES EM CIRCULACAO	368.331.163,92	480.026.315,14		
DEPOSITOS	1.892.018,70	255.592.159,85	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	90.449.672,74	38.011.290,91		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.892.018,70	255.592.159,85	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	15.937.631,58	38.011.290,91		
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	63.117.619,00	VALORES DIFERIDOS	15.937.631,58	1.876.497,50		
FORNECEDORES	0,00	138.781.896,48	DEPOSITOS	135.174.359,94	203.627.823,05		
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	67.023.724,44	69.061.757,59	OBRIGACOES DE DIVERSAS ORIGENS	525,86	0,00		
RESTOS A PAGAR	13.608.390,05	13.006,36	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	525,86	0,00		
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.323.069,83	53.679.112,15	FORNECEDORES	525,86	0,00		
CANCELACAO	494.543,50	2.011.390,97	DE EXERCICIOS ANTERIORES	63.117.619,00	0,00		
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	149.063,56	1.403.800,90	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	69.720.138,89	148.544.910,00		
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	33.105,57	0,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	13.006,36	1.403.800,90		
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	20.099,21	1.403.800,90	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	2.323.069,83	53.679.112,15		
INCORPORACAO DE DIREITOS	13.006,36	1.403.800,90	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	2.043.195,22	5.020.648,16		
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	33.105,57	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.884.368,89	1.412.586,65		
DESNORCORACAO DE OBRIGACOES	13.006,36	1.403.800,90	BAIXA DE DIREITOS	1.884.368,89	1.412.586,65		
EXERCICIOS ANTERIORES	312.374,37	0,00	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	49.658,29	3.608.061,51		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	312.374,37	0,00	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	13.006,36	13.006,36		
AJUSTES DE CREDITOS	0,00	0,00	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	109.167,04	3.595.055,15		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	0,00	0,00	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	0,00		
			AJUSTES DE OBRIGACOES				

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	02000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR)	EMIÇÃO	31/01/2012	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR					

		INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2010
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT		1.455.848,34	1.376.363,68	AJUSTES FINANCEIROS A DÉBITO	109.167,04
OUTRAS DISPONIBILIDADES		1.455.848,34	1.376.363,68	DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	1.475.927,81
INGRESSOS		3.925.018.187,99	4.279.229.406,83	OUTRAS DISPONIBILIDADES	1.455.848,34
				DISPÊNDIOS	4.279.229.406,83

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		02000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR)		31/01/2012		PÁGINA 1	
ORÇAO SUPERIOR							
ATIVO		PASSIVO					
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010		
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO				
DISPONIVEL	369.807.091,73	481.482.163,48	DEPOSITOS	115.554.675,62	239.238.594,43		
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	1.475.927,81	1.455.848,34	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	22.513.589,72	15.937.631,58		
CREDITOS EM CIRCULACAO	368.331.163,92	480.026.315,14	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	68.928.749,50	132.851.290,11		
CREDITOS A RECEBER	0,00	2.713,53	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.892.018,70	63.118.144,86		
LIMITE DE SAQUE CONVINC DE PAGAMENTO	368.182.100,36	478.012.210,64	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	1.892.018,70	535,86		
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	149.063,56	2.011.390,97	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	0,00	63.117.619,00		
ATIVO NAO FINANCEIRO	568.939.299,96	541.884.999,39	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	67.023.724,44	69.720.138,89		
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	23.296.097,96	21.787.402,35	A LIQUIDAR	67.023.724,44	69.720.138,89		
CREDITOS EM CIRCULACAO	9.109.971,02	4.776.556,33	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	13.006,36	13.006,36		
FORNECIMENTOS A RECEBER	862.078,22	690.566,30	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.112.336,40	90.449.672,74		
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-149.063,56	-2.011.390,97	VALORES DIFERIDOS	24.112.336,40	90.449.672,74		
DIVERSOS RESPONSABILIS	7.750.370,66	5.657.076,82	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-67.036.730,80	-45.950.095,16		
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	883,85	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-67.036.730,80	-68.789.450,19		
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	672.448,05	439.440,33	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-13.006,36	-13.006,36		
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-25.862,35	0,00	OPERACOES DE CREDITO	0,00	943.695,06		
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	14.186.126,94	17.010.846,02	EXTERNAS	0,00	943.695,06		
ESTOQUES	0,00	16.145,70	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-67.033.724,44	-69.720.138,89		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00	16.145,70	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	0,00	22.839.355,03		
CREDITOS REALIZAVELIS A LONGO PRAZO	0,00	16.145,70	OBRIGACOES EXIGIVELIS A LONGO PRAZO	0,00	22.839.355,03		
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	0,00	16.145,70	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	0,00	22.839.355,03		
PERMANENTE	545.643.202,00	520.081.451,34	PASSIVO REAL	48.517.944,82	193.286.499,27		
IMOBILIZADO	544.323.805,41	519.485.714,07	PATRIMONIO LIQUIDO	890.228.446,87	830.078.663,60		
BENS MOVEIS E IMOVEIS	546.945.388,91	519.898.501,73	PATRIMONIO CAPITAL	0,00	830.078.663,60		
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EKAUSTOES	-2.621.583,50	-412.787,66	PATRIMONIO	0,00	830.078.663,60		
INTANGIVEL	1.319.396,59	595.737,27	RESULTADOS ACUMULADOS	890.228.446,87	0,00		
ATIVO REAL	938.746.391,69	1.023.357.162,87	RESULTADO DO EXERCÍCIO	60.149.783,27	0,00		
			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	830.078.663,60	0,00		
ATIVO COMPENSADO	810.650.027,34	574.711.124,92	SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	938.746.391,69	1.023.357.162,87		
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	810.650.027,34	574.711.124,92	SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-938.746.391,69	-1.023.357.162,87		
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	6.884.646,40	7.006.221,63	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	810.650.027,34	574.711.124,92		
GARANTIAS DE VALORES	51.827.831,63	49.924.064,22	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	6.884.646,48	7.006.221,63		
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	78.202.454,71	78.002.454,71	VALORES EM GARANTIA	51.827.831,63	49.924.064,22		
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	672.611.583,28	438.035.533,69	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	78.202.454,71	78.002.454,71		
OUTRAS COMPENSACOES	1.123.511,24	1.742.950,67	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	672.611.583,28	438.035.533,69		
ATIVO	1.749.396.419,03	1.598.078.387,79	COMPENSACOES DIVERSAS	1.123.511,24	1.742.950,67		
			PASSIVO	1.749.396.419,03	1.598.078.387,79		


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS		EXERCICIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTITULO		02000 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR)		EMISSAO 31/01/2012		PAGINA 1	
ORGAO SUPERIOR							
				VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
ORCAMENTARIAS		3.383.578.166,86	3.493.663.899,78	ORCAMENTARIAS	3.303.999.860,43	3.396.287.461,97	
RECEITAS CORRENTES		8.004.062,74	10.726.738,47	DESPESAS CORRENTES	3.244.933.701,78	2.984.371.888,04	
RECEITA PATRIMONIAL		916.691,61	1.027.901,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.554.352.686,49	2.302.670.047,29	
RECEITA INDUSTRIAL		715.936,52	940.755,85	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	306.995,17	924.237,77	
RECEITA DE SERVIÇOS		160.144,53	344.895,10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	413.451.212,19	435.650.720,14	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.199.515,04	4.200.106,91	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	276.822.807,93	245.126.882,84	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		4.011.775,04	4.213.079,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	273.194.619,26	241.161.680,21	
RECEITA PATRIMONIAL		152.726,28	173.918,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.628.188,67	3.965.202,63	
RECEITA INDUSTRIAL		3.899.048,76	4.039.161,16	DESPESAS DE CAPITAL	22.172.501,48	30.149.622,32	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-84.275,40	-3.917.709,15	INVESTIMENTOS	21.175.928,02	28.091.060,41	
INTERFERENCIAS ATIVAS		3.291.082.482,46	3.319.110.529,76	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	996.573,46	2.058.561,91	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		3.291.082.482,46	3.319.110.529,76	INTERFERENCIAS PASSIVAS	31.983.610,74	307.298.363,01	
COTA RECEBIDA		3.193.476.931,68	3.078.559.433,67	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	31.983.610,74	307.298.363,01	
REPASSE RECEBIDO		7.871.274,34	0,00	REPASSE CONCEDIDO	7.871.274,34	0,00	
SUB-REPASSE RECEBIDO		0,00	202.539.805,18	SUB-REPASSE CONCEDIDO	0,00	202.539.805,18	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		89.734.276,44	38.011.290,91	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	14.308.885,09	
MUTACOES ATIVAS		83.575.897,06	167.744.340,70	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	24.112.336,40	90.449.672,74	
INCORPORACOES DE ATIVOS		21.835.991,20	97.655.849,44	MUTACOES PASSIVAS	4.910.046,43	74.467.588,60	
AQUISICOES DE BENS		21.814.504,52	27.697.677,78	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.910.046,43	74.467.588,60	
INCORPORACAO DE CREDITOS		21.486,68	69.968.171,66	LIQUIDACAO DE CREDITOS	259.041,67	70.455.936,33	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		61.739.905,86	70.088.491,26	BAIXA DE FOMECA RECEBER - ENT.INDUSTRI	4.651.004,76	4.011.652,27	
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		30.179.839,28	1.217.632.515,76	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	320.219.362,44	1.232.948.265,80	
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		7.038.250,92	2.530.554,60	INTERFERENCIAS PASSIVAS	45.950.748,60	901.074.283,48	
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		7.038.250,92	2.530.554,60	INTERFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	5.845.475,86	7.181.169,00	
INTERFERENCIAS ATIVAS		61.929.060,43	904.669.338,63	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	7.871.274,34	0,00	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		5.845.475,86	718.169,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	32.233.998,40	900.356.114,48	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		7.871.274,34	0,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	274.268.613,84	331.873.982,32	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		48.212.310,23	903.951.169,63	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	25.531.095,11	80.825.439,29	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		232.823.527,93	310.432.622,53	BAIXA DE BENS IMOVEIS	509.424,75	47.400.882,75	
INCORPORACOES DE ATIVOS		29.354.939,10	140.914.748,05	BAIXA DE BENS MOVEIS	17.832.112,27	25.795.635,95	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS		2.072.448,67	42.381.798,59	BAIXA DE DIREITOS	7.189.558,09	7.628.720,59	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		14.386.684,52	9.040.487,14	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	2.500.054,84	412.787,66	
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS		33.726,73	440.899,77	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	291.259,00	0,00	
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		7.882.079,18	89.051.562,55	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	2.208.795,84	412.787,66	
REVALIACOES DE BENS		31.010,40	283.123,49	INCORPORACAO DE PASSIVOS	246.128.296,85	250.635.755,37	
AJUSTES DE CREDITOS		0,00	0,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	109.167,04	0,00	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		196.280.386,33	169.234.750,99	AJUSTES FINANCEIROS	109.167,04	0,00	
AJUSTES DE OBRIGACOES		6.844.817,73	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	60.149.687,77	82.060.687,77	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		312.374,37	0,00	SUPERAVIT	60.149.687,77	82.060.687,77	
AJUSTES FINANCEIROS		312.374,37	0,00	DEFICIT			

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	0200 - SENADO FEDERAL (SUPERIOR)		EMISSÃO	31/01/2012	PÁGINA	2
ORÇAO SUPERIOR						

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
TITULOS	2011	2010	TITULOS
VARIACOES ATIVAS	3.684.369.006,14	4.711.296.415,54	VARIACOES PASSIVAS
			2010
			4.711.296.415,54
			3.684.369.006,14

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL



TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO 2011	2010	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		MES DEZEMBRO
	SUBTÍTULO	ORÇAO SUPERIOR			DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL			1.475.927,81	1.455.848,34	TÍTULOS	2011	2010
OUTRAS CONTAS BANCARIAS			1.475.927,81	1.455.848,34			
					CREDITOS EM CIRCULACAO	-366.331.163,92	-480.026.315,14
					CREDITOS A RECEBER	-366.331.163,92	-480.026.315,14
					RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-366.331.163,92	-480.026.315,14
					CREDITOS POR INFRACOES LEGAIS E CONTRATU	0,00	-2.713,53
					LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-366.182.100,36	-478.012.210,64
					RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-149.063,56	-2.011.390,97
					DEPOSITOS	22.513.589,72	15.937.631,58
					DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	22.513.589,72	15.937.631,58
					OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.928.749,50	132.851.290,11
					OBRIGACOES A PAGAR	66.928.749,50	132.851.290,11
					FORNECEDORES	1.892.018,70	525,86
					DO EXERCICIO	1.892.018,70	525,86
					PESSOAL A PAGAR	0,00	63.117.619,00
					DO EXERCICIO	0,00	63.117.619,00
					RESTOS A PAGAR	67.023.724,44	69.720.138,89
					NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	67.023.724,44	69.720.138,89
					RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	13.006,36	13.006,36
					VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	24.112.336,40	90.449.672,74
					RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	24.112.336,40	90.449.672,74
					SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	254.252.416,11	242.243.569,05
					DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	278.228.695,31	310.694.857,18
					DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	136.057,20	1.998.384,61
					LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO	-13.006,36	-13.006,36
					LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	149.063,56	2.011.390,97
					DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-24.112.336,40	-90.449.672,74
					DISPONIBILIDADE DE COTA DIFERIDA RECEBIDA	-24.112.336,40	-90.449.672,74
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			1.475.927,81	1.455.848,34	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.475.927,81	1.455.848,34



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DAS ASSINATURAS**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>
--------------------	-----------------------

**EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI**

<b>UG - 020054</b>	<b>GESTÃO - 00001</b>	<b>COD. - 70815-1</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**  
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 62 páginas  
(OS: 11262/2012)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

